

Aplicativo Preço da Hora Bahia completa um ano com 430 mil usuários



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Lançado em abril de 2020 pelo **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o aplicativo **Preço da Hora** Bahia completou um ano de funcionamento com cerca de 430 mil usuários em toda a Bahia, dos quais 205,8 mil de Salvador. O app tem sido um importante aliado dos consumidores na hora de pesquisar valores de produtos. Com uma busca simples, é possível consultar os menores preços de mais de 500 mil itens comercializados na Bahia, com base nas notas fiscais eletrônicas. O **Preço da Hora** pode ser baixado na Apple Store e no Play Store e acessado também no site precodahora.ba.gov.br.

A ferramenta foi disponibilizada na web no dia 10 de abril do ano passado. A maior parte dos usuários do aplicativo ainda está concentrada na capital e nos grandes centros do interior, mas aos poucos está alcançando moradores de pequenos e médios municípios. Depois da capital, os quinze municípios com maior número de usuários são Feira de Santana (29,6 mil), Lauro de Freitas (18,5 mil), Camaçari (14,7 mil), Vitória da Conquista (8,4 mil), Itabuna (7,3 mil), Santo

Antônio de Jesus (6,8 mil), Alagoinhas (5,8 mil), Ilhéus (5,6 mil), Teixeira de Freitas (4,7 mil), Jequié (4 mil), Porto Seguro (3,9 mil), Simões Filho (3,9 mil), Cruz das Almas (3,8 mil), Barreiras (3,7 mil) e Candeias (3,3 mil).

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorio**, ressalta que o aplicativo vem sendo aperfeiçoado a cada dia, e que se firma como uma importante e eficiente ferramenta de pesquisa de preços para o consumidor. 'Os valores dos produtos disponíveis têm como base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba', explica.

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível. A pesquisa pode ser feita ainda por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem do produto.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

A Sefaz-Ba lançou recentemente a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico

de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Preço da Hora

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/04/2021	



Aplicativo Preço da Hora Bahia completa um ano com 430 mil usuários

12 abril 2021



Foto: Divulgação

Lançado em abril de 2020 pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o aplicativo Preço da Hora Bahia completou um ano de funcionamento com cerca de 430 mil usuários em toda a Bahia, dos quais 205,8 mil de Salvador. O app tem sido um importante aliado dos consumidores na hora de pesquisar valores de produtos. Com uma busca simples, é possível consultar os menores preços de mais de 500 mil itens comercializados na Bahia, com base nas notas fiscais eletrônicas. O Preço da Hora pode ser baixado na Apple Store e no Play Store e acessado também no site precodahora.ba.gov.br.

A ferramenta foi disponibilizada na web no dia 10 de abril do ano passado. A maior parte dos usuários do aplicativo ainda está concentrada na capital e nos grandes centros do interior, mas aos poucos está alcançando moradores de pequenos e médios municípios. Depois da capital, os quinze municípios com maior número de usuários são Feira de Santana (29,6 mil), Lauro de Freitas (18,5 mil), Camaçari (14,7 mil), Vitória da Conquista (8,4 mil), Itabuna (7,3 mil), Santo Antônio de Jesus (6,8 mil), Alagoinhas (5,8 mil), Ilhéus (5,6 mil), Teixeira de Freitas (4,7 mil), Jequié (4 mil), Porto Seguro (3,9 mil), Simões Filho (3,9 mil), Cruz das Almas (3,8 mil), Barreiras (3,7 mil) e Candeias (3,3 mil).

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que o aplicativo vem sendo aperfeiçoado a cada dia, e que se firma como uma importante e eficiente ferramenta de pesquisa de preços para o consumidor. “Os valores dos produtos disponíveis têm como base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba”, explica.

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível. A pesquisa pode ser feita ainda por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem do produto.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

A Sefaz-Ba lançou recentemente a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Aplicativo Preço da Hora Bahia completa um ano com 430 mil usuários



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Lançado em abril de 2020 pelo **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o aplicativo **Preço da Hora** Bahia completou um ano de funcionamento com cerca de 430 mil usuários em toda a Bahia, dos quais 205,8 mil de Salvador. O app tem sido um importante aliado dos consumidores na hora de pesquisar valores de produtos. Com uma busca simples, é possível consultar os menores preços de mais de 500 mil itens comercializados na Bahia, com base nas notas fiscais eletrônicas. O **Preço da Hora** pode ser baixado na Apple Store e no Play Store e acessado também no site precodahora.ba.gov.br.

A ferramenta foi disponibilizada na web no dia 10 de abril do ano passado. A maior parte dos usuários do aplicativo ainda está concentrada na capital e nos grandes centros do interior, mas aos poucos está alcançando moradores de pequenos e médios municípios. Depois da capital, os quinze municípios com maior número de usuários são Feira de Santana (29,6 mil), Lauro de Freitas (18,5 mil), Camaçari (14,7 mil), Vitória da Conquista (8,4 mil), Itabuna (7,3 mil), Santo

Antônio de Jesus (6,8 mil), Alagoinhas (5,8 mil), Ilhéus (5,6 mil), Teixeira de Freitas (4,7 mil), Jequié (4 mil), Porto Seguro (3,9 mil), Simões Filho (3,9 mil), Cruz das Almas (3,8 mil), Barreiras (3,7 mil) e Candeias (3,3 mil).

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vítório**, ressalta que o aplicativo vem sendo aperfeiçoado a cada dia, e que se firma como uma importante e eficiente ferramenta de pesquisa de preços para o consumidor. 'Os valores dos produtos disponíveis têm como base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba', explica.

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível. A pesquisa pode ser feita ainda por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem do produto.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

A Sefaz-Ba lançou recentemente a versão 1.2 da

ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, Preço da Hora

Compras até 31 de maio concorrem R\$ 1 milhão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Serão contempladas no sorteio de R\$1 milhão do **Nota Premiada Bahia** todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. O sorteio será realizado no dia 30 junho, e terá um único ganhador.

Participar é fácil e gratuito. Basta fazer o cadastro no site e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras. Quem já está cadastrado só precisa continuar inserindo o CPF na nota a cada compra.

Além do prêmio especial, a **Nota Premiada Bahia** continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia,

Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas no site.

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, ressalta que todos ganham com a campanha. 'Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, além de colaborar com a cobrança da emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais'.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

ESPECIAL OLHAR CIDADÃO

DENUNCIE: 71 3340-8991 (Cidadão Repórter) 71 99601-0020 (WhatsApp)

Salvador

COM A UTILIZAÇÃO DE ANÁLISE DINÂMICA DE PREÇOS E FILTROS COMPORTAMENTAIS, UMA FERRAMENTA EM DESENVOLVIMENTO PODE AUXILIAR A DETECTAR EVENTUAIS CARTÉIS NA VENDA DE COMBUSTÍVEIS: O FILTRO DE DETECÇÃO DE CARTEL

ELABORADO PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) APONTARÁ REGIÕES NAS QUAIS UMA SITUAÇÃO ATÍPICA MEREÇA INVESTIGAÇÃO

CADE COMBATE CARTÉIS DE COMBUSTÍVEIS



RODRIGO AGUIAR

Com a utilização de análise dinâmica de preços e filtros comportamentais, uma ferramenta em desenvolvimento pode auxiliar a detectar eventuais cartéis na venda de combustíveis. O tema foi debatido na última semana em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O filtro de detecção de cartel elaborado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) apontará regiões nas quais seja maior a probabilidade de ter ocorrido uma situação atípica que mereça investigação.

Vinculado ao Ministério da Justiça, o Cade tem como competências analisar e decidir sobre atos de concentração econômica entre grandes empresas que possam colocar em risco a livre concorrência; e investigar e julgar cartéis e outras condutas nocivas à livre concorrência.

“É um projeto em andamento, sigiloso no seu detalhamento, mas que pode ser apresentado dessa forma. A ideia é que criemos, com base em informações da ANP [Agência Nacional do Petróleo], um filtro que nos permita ter um mapa em tempo real dos preços praticados em postos de combustíveis”, afirmou Alexandre Barreto, presidente do Cade, durante a audiência.

Ele destacou, entretanto, que os dados do filtro serão mais uma ajuda às investigações, não significando evidências incontestáveis da existência de conluio em um determinado município ou estado.

Pela própria estrutura do sistema de distribuição e pouca diferença no produto comercializado (exceção feita aos casos de adulteração ou combustível aditivado), há uma tendência de homogeneização dos preços praticados na mesma praça, apontou Barreto. “É importante enfatizar isso, porque uma coincidência de preços, um fenômeno conhecido como paralelismo de preços, não significa que estejamos tratando de cartel necessariamente”, observou o presidente do Cade.

Atualmente, há 11 processos de investigação abertos pelo conselho, grande parte deles relacionada à conduta de sindicatos que indicam aos seus associados qual preço deve ser praticado. Desde 2013, o órgão já aplicou multas que somam R\$ 495 milhões em 28 processos – os casos ocorreram em 17 unidades da Federação. Em 2017, chegou a ser feita uma intervenção na di-

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE



Preços iguais podem indicar ocorrência de cartéis em postos de combustíveis

O tema foi debatido na última semana em audiência pública no Senado

reção dos postos da Rede Cascol, que fechou um acordo de colaboração premiada e apresentou informações sobre o esquema, além de pagar R\$ 148 milhões para reparação de danos aos consumidores.

O presidente do conselho destacou ainda que nem sempre as práticas ilegais

ocorrem com preços semelhantes. “Um exemplo simples é um caso já investigado pelo Cade. Imagine uma cidade com três grupos dominando o setor de revenda, com o preço de equilíbrio para o consumidor de R\$ 4,50. Se os três agirem de forma coordenada, podem subir esse preço para R\$ 5,50 e passarem a simular descontos. O posto A pratica R\$ 5,50; o B, R\$ 5; e o C, R\$ 6. Há uma aparência de concorrência quando não há. Essa dinâmica é analisada pelo Cade”, disse Barreto.

Em 2018, o Cade apresentou nove propostas para estimular a concorrência no segmento e diminuir os preços, entre elas permitir a venda direta de etanol dos produtores para os postos,

repensar a tributação dos combustíveis, autorizar postos com autosserviço e extinguir a proibição da importação de combustíveis pelas distribuidoras.

Para Walter Tannus, presidente do Sindicombustíveis-BA, nenhuma medida foi tomada efetivamente “ao longo dos anos, não só desse governo”, para resolver a questão. “Existe um domínio muito grande das distribuidoras. O Brasil tem mais de 120 distribuidoras e apenas três concentram mais de 76% dos combustíveis. Um produto monopolizado na sua origem vai ter pouca diferenciação de preço-base. Se todos compram pelo mesmo preço, a tendência natural é que os preços estejam próximos”, afirma.



Diferenças mínimas nos preços levantam suspeitas

MODELO DE DISTRIBUIÇÃO IMPACTA O SETOR

O diretor-geral da ANP, Rodolfo Henrique de Saboia, sustenta, entretanto, que diminuiu a concentração no setor de distribuição de gasolina e diesel nos últimos anos. “A nova política de preços da Petrobras, com base na paridade de preço internacional, e o aumento da importação favoreceram a competição nos diversos elos da cadeia. Nos últimos cinco anos, os quatro principais agentes tiveram sua fatia de mercado reduzida em 8% no mercado de gasolina e 9% no mercado de diesel”, afirmou Saboia, na audiência do Senado.

Saboia também aponta uma “aparente transformação” no mercado de postos. “Hoje, o mercado de postos não bandeirados corresponde a 45%. E 55% são os postos bandeirados, ou seja, vinculados a uma distribuidora. Está se aproximando o número de postos não bandeirados dos bandeirados. Essa distribuição não é homogênea no país, mas é uma indicação de que há uma dinâmica que aponta equilíbrio entre essas duas situações”, disse.

Vista por muitos como uma forma de estimular a concorrência no setor e baixar os preços, a venda direta do etanol dos produtores para os revendedores ainda não foi implementada por falta de uma solução tributária, segundo a ANP, já que é premissa do Conselho Nacional de Política Energética

(CNPE) não causar uma perda de arrecadação. “Vemos com bons olhos a venda direta [do etanol] da usina para os postos. Não é possível que os entes ainda não tenham tido tempo para se debruçar sobre o assunto”, afirma o presidente do Sindicombustíveis-BA.

Além disso, Tannus diz que é preciso estudar a tributação dos combustíveis no país. “Se os governadores também não sentarem na mesa para ver como fica a questão tributária, esse problema não vai ser resolvido. Na Bahia, 27% da arrecadação do ICMS vem do combustível. Ou as autoridades públicas encaram como prioridade ou não vai ser resolvido nunca”, defende.

Presidente da CAE, o senador Otto Alencar tem acompanhado a discussão e é autor do projeto que autoriza a venda de etanol dos fabricantes diretamente aos postos. Aprovado no Senado ainda em 2018, o texto ainda não foi analisado pela Câmara dos Deputados. O parlamentar afirma que há um forte lobby contrário à proposta no Congresso. Ele relata que chegou a ser procurado por vários colegas de Senado na época em que apresentou o projeto. “Não entendemos por que as usinas não podem comercializar diretamente o etanol. O nosso projeto de resolução está na Câmara para aprovação”, afirmou.



Bandeiras trazem preços iguais em vários postos

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Falta de insumos ameaça indústrias

Sete em cada dez indústrias na Bahia e outros estados ressentem-se de maior dificuldade para obtenção de insumos e matérias-primas necessários na produção em fornalhas, linhas de montagem e equipamentos de finalização dos bens.

O resultado faz parte de pesquisa desenvolvida e divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a participação de 1.782 empresas.

O setor está reticente em relação à possibilidade de voltar o fornecimento ao volume anterior à pandemia; 37% supõem este retorno nos próximos três meses, 42% acreditam em prazo de seis meses, e 14% formam crença em um ano.

—O desordenamento da economia baixou os estoques — disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Para se ter uma ideia da dimensão do problema, dos 26 segmentos pesquisados, 13, ou metade, reduziram a 50% os níveis de insumos.

Ainda segundo a pesquisa, 65% das empresas da indústria geral que necessitam de insumos importados estão com dificuldades para consegui-los, mesmo pagando mais caro. Esse percentual sobe para 79% das empresas no setor de construção, que precisam importar insumos ou matérias-primas.

INFLAÇÃO — Além do risco para a qualidade do produto final, no caso de faltar ou ter de substituir alguma matéria-prima, a situação pode gerar inflação, devido à maior procura em relação à oferta.

Os empresários têm buscado na comunicação uma saída para reduzir as dificuldades, graças ao contato em rede para buscarem soluções provisórias com empréstimos de insumos por quem tem algum excedente.

“Se alguém fez teatro foi o presidente Bolsonaro. Eu não fiz teatro nenhum, não. Eu fui reivindicar o meu direito de cobrar dele para ele ser justo [com os senadores]”

JORGE KAJURU, senador, negando que a conversa com o presidente Bolsonaro, divulgada pelo parlamentar no último domingo, seria uma armação para constringer e ameaçar os ministros do Supremo Tribunal Federal



Uendel Galter / Ag. A TARDE

ATÉ QUANDO? | Não bastasse o luto vivido por tantas famílias nesses tempos, a pandemia aprofunda um outro tipo de dor, essa atrelada ao recrudescimento da pobreza, da miséria, da fome, e seus impactos na vida de milhões. Até quando?

A consciência liberta

Uri Lam

Rabino da Congregação Beth-El – São Paulo
urilam@gmail.com

Yom Hashoá, o Dia do Holocausto. 76 anos do fim da 2ª Guerra Mundial. 1945 também ficará marcado pela derrocada de um lugar para sempre sinônimo de genocídio em escala industrial: Auschwitz. Naquele ano houve a infame Marcha da Morte, na qual nossos pais, avós e bisavós foram forçados a marchar para fora de Auschwitz, passando por baixo da famigerada placa com dizeres tão cínicos: Arbeit Macht Frei, o Trabalho Liberta.

Setenta e seis anos depois, 2021, Brasil: e escutamos políticos, empresários, ministros, para não falar no presidente, repercutindo a expressão infame Arbeit Macht

Frei. Quinta-Feira foi Dia do Holocausto e do Heroísmo, feriado nacional em Israel e para judeus do mundo inteiro. Na noite de Yom Hashoá, do Dia do Holocausto, o presidente estava jantando com 25 empresários para falar, enfim. Me chocaria qualquer dia. Mas na noite em que lembramos 6 milhões de judeus assassinados, aquela reunião me fez muito mal. Nenhum de nós deveria estar lá. Ninguém.

Os filhos daqueles judeus deveriam ter passado pelas fases da vida pelas quais

No Brasil, o portão de Auschwitz tornou-se quase slogan de governo

todos nós passamos, se não tivessem sido mortos. Se não tivessem que escutar Arbeit Macht Frei enquanto apanhavam, morriam de fome, esqualidos, as mãos cheias de bolhas, a pele encarquilhada e coçando. E aquela gente dizendo que o trabalho liberta. E gente hoje repercutindo a mesma frase: “Vai trabalhar!”, escutou o diretor do Museu do Holocausto, de Curitiba.

Alguns filhos de sobreviventes da Shoá insistiram em vir ao mundo. Muitos deles estão por aí, em Salvador, aqui em São Paulo, em Israel, no mundo inteiro.

Setenta e seis anos depois, lemos muitos livros, escutamos dolorosos depoimentos de sobreviventes, assistimos filmes e documentários que tentam lançar luz sobre o maldito nazismo e sobre a tragédia que assolou nosso povo. Também ouvimos que o Trabalho Liberta. E vemos o surgimento cada vez maior de

grupos neonazistas no Brasil. Ou discursos pró-Israel imaginária que fariam qualquer historiador sério esbravejar de incredulidade.

Setenta e seis anos se passaram. Auschwitz hoje é um museu dos horrores, preservado como testemunha macabra de um dos períodos de maior desumanidade na história da humanidade. No Brasil, o portão de Auschwitz tornou-se quase slogan de governo.

Depois de setenta e seis anos, continuamos a marchar pela vida sob o portão infame de Auschwitz. Contra a máquina de matar, estamos aqui para produzir vida: música, teatro, cinema, literatura – conexões verdadeiras entre gente, conexões com Deus – não acima de tudo, mas na relação humana entre gente que é gente. Contra a Marcha da Morte, há 6 anos e hoje, seguimos o nosso caminho pela Marcha da Vida.

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

☺ Cristãos?

Esses homens públicos brasileiros, que insistentemente se dizem cristãos e se cercam de líderes religiosos com o intuito de fazer crer que o Estado brasileiro não é laico, apesar do que diz a nossa Constituição, se dizem cristãos mas agem como se não o fossem. Segundo a Bíblia e os escritos que a escreveram há muitos séculos atrás, Jesus Cristo, o homem, pregava a não violência, o amor ao próximo, o perdão aos pecadores, o compartilhamento do alimento com seus semelhantes e a defesa dos mais necessitados. É de estranhar, portanto, que esses “cristãos politizados” pregam a necessidade de todo homem possuir armas, incitam seus (cegos) seguidores à violência, o ódio a seus adversários políticos, minimizam o sofrimento dos familiares de vítimas desta pandemia horrorosa da Covid-19 e, para piorar, se travestem de “curandeiros” recitando o uso de medicamentos que são ineficazes no combate à doença e ainda deixam sérias sequelas. Ainda segundo a Bíblia, Jesus Cristo expulsou os vendilhões do templo, enquanto nossos “cristãos politizados” acolhem em seu ninho mercadores de religião, bastante conhecidos de todos. Diante desse quadro, prefiro continuar um ateu que segue as recomen-

dações de médicos e cientistas nos cuidados contra a pandemia, e solidário aos meus semelhantes. **ARMANDO DE SÁ FÁRIA, ASFARIA41@GMAIL.COM**

☺ Governo insensível

Insensível o governo Bolsonaro ao renovar o auxílio emergencial em apenas um banco, voltando a causar aglomerações, possibilidade de aumento de casos de Covid-19. Os valores a serem pagos, de R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375, sequer cobrem o valor da cesta básica, orçada pelo Dieese em R\$ 640. É uma humilhação ao povo, que debaixo de sol e de chuva, implorando para

É de estranhar esses “cristãos politizados” pregando a necessidade de todo homem possuir armas, (...) e minimizando o sofrimento dos familiares de vítimas da Covid-19

conseguir receber o faminto auxílio. Reduziu o número de pessoas beneficiadas. Por outro lado, os bancos mantêm em caixa, R\$ 1,7 trilhão, dados pelo próprio governo, para empresas poderem sobreviver durante os períodos em que ficaram com as portas fechadas. Poucas empresas puderam ter acesso a esses recursos, pois as exigências e garantias, além dos juros, impediram uma maior adesão ao programa. E assim o governo vai matando o povo brasileiro de Covid e de fome. Vemos o Brasil voltar para décadas atrás: as pessoas cozinhando na lenha, catando restos de comida nos lixões país a fora, não fosse o apoio de diversas iniciativas de grupos, ONGs e movimentos sociais aplacarem a falta de alimentos, nos lares e famílias brasileiras. O Brasil não merece viver período tão triste de sua história, onde ficamos também esmolando por vacinas mundo a fora. **JOAB FERNANDES DE AQUINO, JOJOFAQG@GMAIL.COM**

☺ A guerra dos 100 dias

O prefeito Bruno Reis passou bem pelo seu período de experiências, pois é discípulo de uma nova geração de gestores públicos, que focam no trabalho incansável da sua qualificada equipe de trabalho, com lisura, transparência, deixando a política de lado

nos momentos de crise. Nesses cem dias de governo municipal, travou verdadeiras batalhas contra a pandemia, as duras medidas restritivas, o caos urbano de Salvador, uma cidade pobre, com uma população predominantemente carente, desempregada, inconsciente aos apelos das autoridades para evitar aglomerações. ACM Neto fez o que foi possível por essa cidade. Bruno Reis pegou o bastão e, com certeza, quando chegar a sua vez de passá-lo para outro, Salvador estará alguns degraus acima, rumo ao desenvolvimento econômico e social. Parabéns! **ROBSON MACHADO, ROBSON.RMRG@UOL.COM.BR**

☺ Providências!

Eu quero saber por que Bolsonaro não quis comprar em 2020 os 70 milhões de doses que a Pfizer ofereceu ao Brasil e que começaria a vacinar em dezembro de 2020 a primeira dose e em março de 2021 a segunda dose, ou seja, hoje teríamos 35 milhões de brasileiros vacinados com a segunda dose e com certeza não íamos ter mais de 350 mil mortos no Brasil. Quero saber qual a instituição que pode botar esse presidente para fora, porque, se ninguém tomar providência o mais rápido possível, eu não sei o que vai ser dessa nossa nação. **PARUSIA DE JESUS, PARUSIADEJESUS2015@BOL.COM.BR**

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

TRIBUTAÇÃO Período de ajuste anual do Imposto de Renda, que iniciou em 1º de março, terminaria dia 30 de abril, mas foi prorrogado para o próximo mês

Receita adia para 31 de maio o prazo de entrega da declaração

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

A Receita Federal adiou para 31 de maio o prazo para entrega da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física, ano-base 2020. O período de ajuste anual, que começou em 1º de março, terminaria no dia 30 de abril, mas foi prorrogado pela Instrução Normativa nº 2.020/2021, publicada ontem no Diário Oficial da União.

De acordo com a Receita, a prorrogação foi estabelecida como forma de suavizar as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, assim como aconteceu em 2019. No ano passado, o prazo foi estendido em dois meses, até 30 de junho.

“A medida visa proteger a sociedade, evitando que sejam formadas aglomerações nas unidades de atendimento e demais estabele-

cimentos procurados pelos cidadãos para obter documentos ou ajuda profissional. Assim, a Receita Federal contribui com os esforços do governo federal na manutenção do distanciamento social e diminuição da propagação da doença”, explicou, em nota.

Pagamento do imposto Em razão do adiamento, o contribuinte que deseja pagar o imposto via débito automático desde a primeira

cota deverá fazer a solicitação até o dia 10 de maio. Quem enviar a declaração após esta data deverá pagar a primeira cota por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), gerado pelo próprio programa de declaração. Nesse caso, as demais cotas poderão ser em débito automático.

Para aqueles que não optarem pelo débito automático, os Darfs de todas as cotas poderão ser emitidos pelo programa ou pelo Extrato

da Declaração, disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) no site da Receita Federal.

Também foram prorrogados para 31 de maio de 2021 os prazos de entrega da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País, assim como o vencimento do pagamento do imposto relativo a essas declarações.

A Receita destacou ainda que disponibiliza diversos serviços aos cidadãos, que podem ser acessado sem sair de casa. Por meio do e-CAC com uma conta gov.br, o portal único do governo federal, o contribuinte tem acesso, por exemplo, aos comprovantes de rendimentos informados na Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) pelas fontes pagadoras, à cópia da última declaração entregue e à declaração pré-preenchida.

A prorrogação foi estabelecida para minimizar as dificuldades impostas pela pandemia

Prazos da Declaração de Espólio e de Saída Definitiva do País também foram adiados



Marcos Santos / USP Imagens / 4.10.2013

No 1º trimestre, o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade subiu 1,54%

CUSTO DE VIDA

Inflação para idosos acumula taxa de 6,2% em 12 meses

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) subiu 1,54% no primeiro trimestre de 2021 e acumula elevação de 6,2% nos últimos 12 meses, ficando acima da taxa acumulada pelo IPC-Br, no mesmo período, que atingiu 6,1%. O resultado foi divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

O IPC-3i mede a variação da cesta de consumo de famílias majoritariamente compostas por indivíduos com mais de 60 anos de idade. Já o IPC-Br analisa a inflação das famílias para todas as faixas de idade.

Na passagem do quarto trimestre de 2020 para os três primeiros meses deste ano, o IPC-3i teve recuo de 1,27 ponto percentual, de 2,81% para 1,54%. De acordo com o Ibre, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram queda na variação. O grupo habitação caiu de 3,4% para -0,37% e foi a principal contribuição para o desempenho do indicativo. A tarifa de eletricidade residencial foi o item que mais influenciou o comporta-

mento desta classe de despesa, com a variação de -6,44% no primeiro trimestre, enquanto no período anterior foi 11,68%.

A queda da IPC-3i também sofreu influência dos grupos alimentação, que passou de 5,91% para 1,40%; educação, leitura e recreação saiu de 5,4% para -2,43%; e comunicação de 0,42% para 0,02%. O Ibre destacou nestas classes de despesa o comportamento de itens com quedas significativas como hortaliças e legumes de 15,79% para -1,82%, passagem aérea de 29,91% para -20,63% e tarifa de telefone residencial de 1,80% para estabilidade.

Os comportamentos negativos com avanço nas taxas de variação ficaram por

O IPC-3i mede o consumo de famílias compostas por indivíduos com mais de 60 anos de idade

conta dos grupos transportes, que tiveram alta de 2,23% para 7,16%, saúde e cuidados pessoais saindo de 0,39% para 1,24%, despesas diversas que passou de 0,45% para 0,88% e vestuário de 0,54% para 0,63%. Nestas classes de despesa, houve influência da gasolina cuja variação cresceu de 3,4% para 21,84%, médico, dentista e outros de 0,09% para 2,05%, cigarros de -0,93% para 1,85% e calçados femininos de -0,30% para 2,07%.

Orçamentos familiares

Esta versão do IPC foi desenvolvida com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada pelo FGV-Ibre no biênio 2002/2003, e analisou o orçamento de famílias compostas, majoritariamente, por indivíduos com mais de 60 anos de idade. Com o indicador, é possível observar como a variação dos preços de produtos e serviços atinge o custo de vida de parcela crescente da população brasileira.

Segundo a FGV, “além de medir a evolução do custo de vida para indivíduos com mais de 60 anos de idade, o IPC-3i serve de referência para a execução de políticas públicas nas áreas de saúde e previdência”.

CRÉDITO

Ampliação de carência do Pronampe já está disponível

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

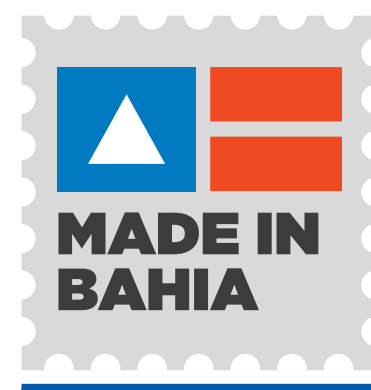
Desde ontem, empreendedores que contrataram crédito pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) na Caixa podem pedir a ampliação da carência para pagamento do empréstimo. O prazo pode ir de oito para 11 meses.

De acordo com o banco, o procedimento não altera o prazo total do contrato e pode ser feito pelo Internet Banking da Caixa, no espaço destinado aos contratos, na opção Solicitar Prorrogação de Pausa Pronampe. Desde o início das contratações do Pronampe na Caixa, em junho de 2020, foram financiados R\$ 16,4 bilhões pelo banco, o que representa 41,7% de todos os contratos firmados no país nessa modalidade.

A ampliação do prazo de carência foi autorizada por assembleia de cotistas do Fundo Garantidor de Operações (FGO) no início de março. As empresas que desejarem prorrogar a carência da linha do Pronampe devem procurar as instituições financeiras com as quais firmaram os contratos de crédito.

O programa foi criado em maio do ano passado pelo governo federal para auxiliar financeiramente os pequenos negócios e, ao mesmo tempo, manter empregos durante a pandemia da Covid-19. As empresas beneficiadas assumiram o compromisso de preservar o número de funcionários e puderam utilizar os recursos para financiar a atividade.

De acordo com o Ministério da Economia, o programa disponibilizou mais de R\$ 37 bilhões em financiamentos para quase 520 mil micro e pequenos empreendedores. As contratações foram encerradas em dezembro de 2020, mas, na semana passada, o governo federal enviou um projeto ao Congresso que permite a retomada do programa.



Nova alternativa de crédito para empresas baianas



Divulgação

FABIO LIMA

Sócio da Arazul Capital

As crises econômicas são cíclicas. De tempos em tempos, geralmente em ciclos de 10 anos, acontece uma. Neste momento, estamos enfrentando a maior e mais longa crise do país; desde 2015, o Brasil perdeu o prumo econômico. Em 2019, quando os índices começavam a apontar para uma retomada, e era chegada a hora de sentirmos esse reflexo na economia real, veio a pandemia, em 2020, e o resto nem é preciso falar.

Nesse contexto, em meados de 2020, o líder do Grupo Business Bahia, Carlos Falcão, e nós, Arazul Capital, pensamos em criar um produto financeiro Made in Bahia. Um desafio bastante motivador, afinal, apesar de nascida em São Paulo, coração financeiro da América Latina, a Arazul Capital possui três sócios soteropolitanos, portanto, um forte DNA baiano.

Nossa área de Research desenvolveu um relatório econômico regional, que nos revelou algo bastante crítico: o Nordeste contribui com 14,3% do PIB do Brasil, mas conta com apenas 7% do crédito privado do país. Isso mostra uma dramática desconexão. Como a Bahia possui o maior PIB do Nordeste (28%), é quem mais sofre com esse impacto negativo.

Aqui temos grandes empresas e empresários, um mercado consumidor importante e uma economia estabilizada. O que precisamos para prosperar ainda mais é acesso a crédito.

Paratanto, criamos o FIDC Arazul Desenvolve Bahia, um fundo de investimento em direitos creditórios. Hoje no Brasil existem mais de 900 FIDCs. Em 2019, a soma do patrimônio líquido dos FIDCs cresceu 50%, chegando a R\$ 154 bi. Em 2020, continuou crescendo e alcançou R\$ 175 bi de patrimônio líquido. Esses números por si só demonstram a solidez desse veículo de investimento.

O FIDC Arazul Desenvolve Bahia é um produto pensado para os investidores e empresas baianas. Vale ressaltar que cada fundo tem sua natureza, que merece uma análise específica pelo investidor, e que antes de investir é importante consultar o regulamento do fundo. Mas qual o diferencial desse FIDC? Ele tem como premissa utilizar 100% do dinheiro investido por baianos em compra de direitos creditórios das empresas baianas. Além disso, esse fundo contará com investidores baianos e de outras regiões, atraindo liquidez também de fora do estado, que será injetada no caixa das empresas baianas. Ou seja, é a liquidez dos baianos financiando empresas baianas. Isso é o que chamamos de Investimento com Propósito, que vai ampliar o ciclo virtuoso de geração de riqueza do nosso estado. Por falar em propósito, parte do dinheiro investido por membros ou indicações do Grupo Business Bahia será doado para o Gacc – Grupo de Apoio à Criança com Câncer.

FIDC Arazul Desenvolve Bahia. Você investe, ajuda as empresas baianas e crianças do Gacc agradecem.

Programa Partiu Estágio convoca 2.616 estudantes universitários

VAGAS Os 2.616 estudantes universitários selecionados para o Programa Partiu Estágio estão sendo convocados pelo governo do estado para apresentar a documentação solicitada em edital. Eles vão ser informados da convocação por meio de mensagem de celular e e-mail, cadastrados na plataforma no momento da inscrição.

A lista de convocados também pode ser consultada no site da Secretaria da Administração (Saeb): www.saeb.ba.gov.br.

Os estudantes deverão comparecer ao órgão onde irão estagiar dentro do prazo estipulado. Caso entreguem documentação incompleta ou se apresentem em data posterior ao dia 17 de maio, perderão a vaga. Ao todo, 63 secretarias, empresas públicas e autarquias da administração estadual baiana, se-

diadas em Salvador e 116 municípios, receberão o estagiário.

Este é o primeiro edital do Programa Partiu Estágio para o ano de 2021, com a oferta de vagas para universitários regularmente matriculados em instituições de ensino superior estaduais, federais e privados, com sede na Bahia, e que cursem graduação nas modalidades presencial ou EAD.

A carga horária é composta de quatro horas de atividades supervisionadas, chegando a 20 horas semanais, distribuídas de acordo com a necessidade da administração pública. Além da bolsa-estágio, os universitários terão direito a auxílio-transporte e 30 dias de recesso remunerado, proporcionais. O contrato de estágio tem duração de um ano, sem possibilidade de prorrogação.

LOCAIS

63

secretarias, empresas públicas e autarquias da administração estadual receberão o estagiário

24h

ECONOMIA

Governo libera auxílio para mais 236 mil pessoas

REPROCESSAMENTO O Ministério da Cidadania incluiu mais 236 mil famílias na nova rodada de pagamentos do auxílio emergencial. A inclusão ocorreu ontem, após um reprocessamento de dados do cadastro de beneficiários do programa. Nesta rodada, o auxílio tem valor médio de R\$ 250. No ano passado, o benefício foi de R\$ 600 nos primeiros meses de vigência do programa, e de R\$ 300 após a prorrogação do prazo inicial para a conclusão da ajuda. Os nomes dos novos beneficiários incluídos no programa podem ser consultados no site oficial da pasta, e os nascidos entre janeiro e maio receberão a primeira das quatro parcelas depois de amanhã - quinta (15).

Já aqueles que nasceram depois de maio

250

reais é o valor médio do benefício nesta etapa de pagamentos

entram no calendário de repasses divulgado anteriormente pelo Ministério da Cidadania. As datas previstas para o pagamento do auxílio são: 18 de abril para nascidos em junho; 20 de abril para nascidos em julho; 22 de abril para quem nasceu no mês de agosto; 25 de abril para nascidos em setembro; 27 de abril para o beneficiário nascido em outubro; 29 de abril para nascidos em novembro; e 30 de abril para nascidos em dezembro.

O cronograma de pagamento do auxílio é diferente para quem já é beneficiário do Bolsa Família. Essas pessoas receberão os repasses de acordo com o calendário habitual do programa, que em abril tem início no dia 16.

O auxílio emergencial e o Bolsa Família não são cumulativos; o beneficiário receberá apenas o que for de maior valor, em uma análise que é feita pelo próprio go-

verno federal.

A nova rodada de pagamento do auxílio emergencial é limitada a apenas uma pessoa por família, e é concedida automaticamente ao trabalhador que já estava recebendo o benefício em dezembro de 2020, desde que cumpra as novas regras de elegibilidade.

O pagamento é feito por meio de conta poupança social digital, aberta automaticamente pela Caixa Econômica Federal em nome do beneficiário.

Nesta rodada, pode receber o auxílio famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 550) e renda mensal total de até três salários mínimos (R\$ 3,300). Trabalhadores formais e cidadãos que recebam quaisquer benefícios previdenciários, assistenciais ou trabalhistas continuam impedidos de receber o benefício.

BANCOS COMEÇAM A ESTENDER DÍVIDAS

PRAZOS Após renegociarem quase R\$ 1 trilhão em contratos de empréstimos em 2020, suspendendo mais de R\$ 146 bilhões em parcelas de financiamentos, os maiores bancos do país já começam a identificar novas dificuldades dos clientes. Alguns deles já estão em processo de renegociação, menos amplo e mais focado que no ano passado. "Não adianta cobrar um dono de restaurante que não pode abrir", diz o economista-chefe da Febraban, Rubens Sardenberg.

CHINESA DÁ R\$ 3 MIL POR IPHONE USADO

TROCA DE APARELHO Quem quiser trocar um iPhone por um celular chinês ganhou um grande estímulo ontem. A Meizu adotou, em seu país, uma estratégia agressiva para conquistar os clientes da Apple: vai dar descontos maiores para quem entregar um iPhone usado. A nova campanha possibilita adquirir smartphones da série 18 da Meizu com abatimentos de até US\$ 611 (R\$ 3.470), dependendo do modelo da Apple entregue como parte do pagamento.

Gasolina e diesel caem para o consumidor, mas gás sobe

PREÇOS As recentes reduções de preço da gasolina e do diesel feitas pela Petrobras em suas refinarias - 25/3 e 10/4 - já chegaram aos postos, mas a volta da recuperação do preço do petróleo ontem, após perdas de cerca de 3% na semana passada, pode voltar a pressionar o valor dos combustíveis nas bombas no Brasil.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre 4 e 10 de abril, o diesel teve uma queda de 0,3% em relação à semana anterior, para R\$ 4,212 o litro, e de 1,5% se comparado há um mês. Já a gasolina cedeu 0,05% em uma semana, para R\$ 5,448/l, e 2,5% na comparação mensal.

O Gás Natural Liquefeito (GLP) 13 Kg, ou gás de cozinha, cujos aumentos têm sido mensais, subiu 0,5% na semana passada, depois de elevação de 5% aplicado pela Petrobras em 2 de abril. Na comparação mensal, o botijão subiu 1%.

PRONAMPE: AMPLIAÇÃO DE CARÊNCIA JÁ VALE

CRÉDITO Empreendedores que contrataram crédito pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) na Caixa podem pedir, desde ontem, a ampliação da carência para pagamento do empréstimo. O prazo pode ir de oito para 11 meses.

De acordo com o banco, o procedimento não altera o prazo total do contrato e pode ser feito pelo Internet Banking da Caixa, no espaço destinado aos contratos, na opção Solicitar Prorrogação de Pausa Pronampe.

Desde o início das contratações do Pronampe na Caixa, em junho de 2020, foram financiados R\$ 16,4 bilhões pelo banco, o que representa 41,7% de todos os contratos firmados no país nessa modalidade. A ampliação do prazo de carência foi autorizada por assembleia de cotistas do Fundo Garantidor de Operações (FGO) no início de março. As empresas que desejarem prorrogar a carência da linha do Pronampe devem procurar as instituições financeiras com as quais firmaram os contratos de crédito.

O Pronampe foi criado em maio do ano passado pelo governo federal para auxiliar financeiramente os pequenos negócios e, ao mesmo tempo, manter empregos durante a pandemia.

IMPEACHMENT

102

é o total de pedidos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro. Ontem, foi a vez da Executiva Nacional do PDT protocolar um novo pedido de impedimento do chefe do Executivo

ESTADOS PREPARAM CARTA AO PRESIDENTE DOS EUA

MEIO AMBIENTE Governadores de 21 estados brasileiros preparam uma carta para o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, com propostas e compromissos relacionados ao clima e à preservação dos biomas. O texto foi finalizado ontem e o grupo quer enviá-lo ao embaixador americano no Brasil, Todd Chapman, até o dia 20. Os gestores miram parte de um aporte de US\$ 20 bilhões (cerca de R\$ 113 bilhões) que Biden prometeu, ainda na campanha, para combater o desmatamento de florestas tropicais. O pedido ocorre no momento em que o Brasil está no centro das atenções por causa de elevadas taxas de desmate e por críticas à política ambiental da gestão Jair Bolsonaro.

Anvisa adia inspeção em fábricas russas da Sputnik V

IMUNIZANTE A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou ontem que, a pedido do Fundo Soberano Russo, houve mudança nas datas das visitas agendadas em fábricas da Rússia que produzem a vacina Sputnik V, de acordo com a CNN. Inicialmente, a inspeção ocorreria entre os dias 15 e 21 de abril, mas agora ela

ocorrerá entre 19 e 23 de abril. Serão visitadas as empresas, nestes mesmos dias, as empresas fabricantes JSC Generium e UfaVita, de acordo com nota publicada pela Anvisa.

Na sexta-feira, a Anvisa havia informado que executaria inspeções em fábricas da Sputnik a fim de levantar os dados que faltam para a

autorização do uso emergencial do imunizante.

No começo de março, o governo federal assinou um contrato de compra de 10 milhões de unidades da Sputnik V. Com o baixo número de vacinas no Brasil, o Consórcio de Governadores do Nordeste tenta se movimentar para trazer 66 milhões de doses da Sputnik V ao país.

Tribuna

Investimentos

O governo do Estado anunciou ontem que, juntas, três empresas deverão gerar 130 empregos e investir R\$ 13,5 milhões em unidades no interior da Bahia. Em processo de implantação, a empresa Baiana, da rede de lojas Baianão, do segmento de estofado, colchões e móveis, pretende gerar 70 novos postos de trabalho diretos e indiretos, e investir R\$ 5 milhões na fábrica em Simões Filho.

Empregos

A BRV Pré-moldados, em Itabela, deve gerar 30 empregos até o final de 2021 e investir R\$ 2,5 milhões na implantação da planta industrial. Já a Quartzolar-Argamassa e Rejunte, em Brumado, vai disponibilizar 30 empregos e aportar R\$ 6 milhões na modernização de sua indústria. Os protocolos de intenções destes novos investimentos foram assinados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, ontem.

Moradias

Mais 68 famílias dos assentamentos no bairro Costa Azul, em Salvador, estão recebendo as chaves de suas novas moradias. A entrega simbólica da primeira chave desta etapa foi realizada pelo governador Rui Costa e pelo secretário de Desenvolvimento Urbano, Nelson Pelegrino, nesta segunda-feira (12), para Tainá Oliveira, 19 anos, que vai morar com a família no novo imóvel. Segundo o governador Rui Costa, as 68 unidades fazem parte de um total de 718 moradias construídas no Costa Azul. "Agora, elas [as famílias] recebem uma moradia decente, digna, e com certeza facilita a sua vida, a sua sobrevivência e a educação de seus filhos", disse Rui.

A que ponto chegamos

Os deputados federais simplesmente perderam a noção. A sugestão agora em Brasília é que o presidente Jair Bolsonaro viaje para fora do país e deixe a tarefa de sancionar o Orçamento de 2021 para o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressista-AL). Segundo a reportagem apurou, essa alternativa foi discutida, durante o fim de semana, em reuniões do presidente com interlocutores para resolver o impasse em torno da sanção da lei orçamentária. Ela foi aprovada com despesas obrigatórias subestimadas para acomodar o aumento de emendas parlamentares, manobra apontada por especialistas de dentro e fora do governo como uma maquiagem que, na realidade, mostra a falta de compromisso dos parlamentares brasileiros com o interesse público.



Arthur Lira

Rui entrega moradias para 68 famílias no Costa Azul

Mais 68 famílias dos assentamentos no bairro Costa Azul, em Salvador, estão recebendo as chaves de suas novas moradias. A entrega simbólica da primeira chave desta etapa foi realizada pelo governador Rui Costa e pelo secretário de Desenvolvimento Urbano, Nelson Pelegrino, nesta segunda-feira (12), para Tainá Oliveira, 19 anos, que vai morar com a família no novo imóvel. A continuação das entregas está sendo realizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder), vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedur), de forma escalonada, em datas e horários agendados, para evitar aglomeração, considerando as medidas de prevenção e combate à Covid-19.

Segundo o governador Rui Costa, as 68 unidades fazem parte de um total de 718 moradias construídas no Costa Azul. "São R\$ 46 milhões aplicados aqui para requalificar as habitações existentes, construir novas habitações e reurbanizar também a área. Então, significa investimento na quali-

dade de vida das pessoas e na garantia de uma moradia digna para as famílias. Com certeza, este é um bairro que tem toda a infraestrutura, mas as famílias aqui viviam em moradias precárias. Agora, elas recebem uma moradia decente, digna, e com certeza facilita a sua vida, a sua sobrevivência e a educação de seus filhos".

BALANÇO PATR	
	31/12
	Contá
ATIVOS	
CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	2.31
Contas a receber de clientes	9.71
Impostos a recuperar	8
Adiantamentos a fornecedores	1.60
Estoques	15.18
Outros créditos	10
Total dos ativos circulantes	29.89
NÃO CIRCULANTES	
Partes relacionadas	4.30
Outros créditos	2.60
Investimentos	11.61
Outros investimentos	8.72
Imobilizado	19.24
Total dos ativos não circulantes	46.48
TOTAL DOS ATIVOS	76.48
	Os result

Tribuna

União deve fornecer medicamentos de intubação a Santas Casas

YURI ABREU
REPORTER

A Justiça determinou que o governo federal forneça, às Santas Casas de Misericórdia, aos Hospitais Filantrópicos e às Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia, em um prazo de até cinco dias, medicamentos que fazem parte do chamado "kit intubação", enquanto durar a pandemia de covid-19. Entre os itens a serem disponibilizados pela União estão sedativos, analgésicos e bloqueadores neuromusculares.

A decisão foi tomada no último sábado, dia 10 de abril, pelo Juiz Federal Dir-

ley da Cunha Júnior, titular da 16ª Vara Cível da Seção Judiciária da Bahia e atendeu a uma solicitação do Ministério Público Federal no estado (MPF-BA), que entrou com um pedido de tutela de urgência deferida pelo magistrado. Em caso de descumprimento, o juiz determinou uma multa diária de R\$ 100 mil à União.

No despacho, Cunha Júnior ressaltou que as "entidades filantrópicas de saúde do Estado da Bahia têm enfrentado a escassez de medicamentos necessários à intubação de pacientes portadores de COVID-19 e à realização de procedimentos cirúrgicos de urgência e de emergência". Além disso,

expôs o fato de que não apenas alguns desses medicamentos estão em falta no mercado, assim como "os demais têm sido oferecidos a preços extorsivos a essas entidades filantrópicas, em valores até mesmo 10 vezes superiores aos valores de mercado praticados antes da pandemia".

O juiz levou em conta, ao decidir a questão, ofícios divulgados em maio deste ano pela Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia (FESFBA). "O principal entrave que as instituições filantrópicas de saúde têm enfrentado para a aquisição desses medicamentos são



Foto: Agência Senado

INTERNAMENTO

Medicamentos que fazem parte do kit intubação devem ser fornecidos na pandemia

as requisições administrativas dos fármacos que a União tem efetivado, sem planejamento", prosseguiu o magistrado.

De acordo com o juiz titular da 16ª Vara Cível da Seção Judiciária da Bahia, os pacientes atendidos nas Santas Casas de Misericórdia e nos hospitais são pacientes do SUS e, por conseguinte, a União teria "o dever jurídico-constitucional de assegurar a esses paci-

entes tratamentos médicos adequados e compatíveis com as demais unidades de saúde do SUS".

Ele citou também a Lei 13.995/2020, que determina a União efetivar o repasse de recursos financeiros, no exercício de 2020, às Santas Casas de Misericórdia e a Hospitais Filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do SUS, para que essas entidades pudessem

atuar no combate à pandemia da covid-19.

Isso, de acordo com Cunha Júnior, "demonstra a relevância da atuação dessas entidades no âmbito do SUS. Ademais, no Estado da Bahia, as Santas Casas de Misericórdia e os Hospitais Filantrópicos, sem fins lucrativos, representam mais de 50% dos atendimentos no SUS, o que reforça a importância da atuação dessas entidades em âmbito estadual".

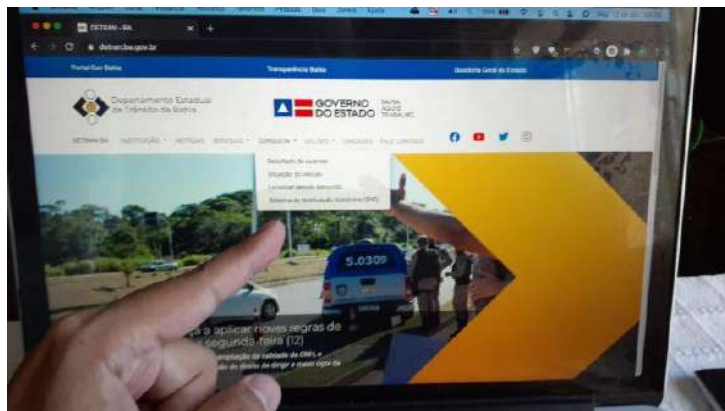
O magistrado também ressaltou, na decisão, que as entidades públicas de saúde têm se utilizado de requisições administrativas para garantir o abastecimento dos seus estoques de medicamentos do kit intubação. "Porém, as entidades filantrópicas, por serem privadas, não possuem essa prerrogativa da requisição administrativa e, por conseguinte, têm sido especialmente atingidas com a escassez de medicamentos do kit intubação, o que prejudica o tratamento tanto de pacientes com COVID-19 quanto de outros pacientes em situação de urgência ou emergência", destacou. Segundo ele, essa situação expõe tratamento desigual entre pacientes da rede pública e viola o princípio constitucional da isonomia.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/04/2021	



Site do Detran disponibiliza consulta de débitos do licenciamento e localização de veículo removido em blitz

12 abril 2021



Para quem tem dúvidas sobre o cadastro do carro ou da moto no Departamento Estadual de Trânsito (Detran-BA) e o destino do veículo removido em blitz, o [site do órgão](#) disponibiliza as informações. A iniciativa integra as ações de transparência em procedimentos da autarquia.

Na plataforma, no campo “Consulta”, o cidadão dispõe da função “Situação do veículo”, para acessar dados cadastrais, infrações cometidas e dívidas referentes ao licenciamento. Basta informar o número do Renavam ou do chassi. Como está em curso neste mês a renovação do licenciamento para veículos com placas terminadas em 3 e 4, a ferramenta pode ajudar no planejamento financeiro do cidadão.

No mesmo campo “Consulta”, existe também a função “Localizar veículo removido”. Informando a placa, o proprietário que teve o carro rebocado em blitz do Detran-BA saberá para qual pátio o veículo foi levado. Já em “Sistema de Notificação Eletrônica”, a pessoa pode se cadastrar para ter descontos de até 40% no pagamento de multas.

No site, ainda estão disponíveis resultados de exames, informações sobre leilões e empresas credenciadas ao Detran-BA, além do link de acesso ao SAC Digital, canal para o agendamento de serviços de habilitação e veículos.

Fonte: Detran-BA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/04/2021	



Hospital Metropolitano se prepara para atingir operação plena

12 abril 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Atualmente com 250 leitos em funcionamento, o Hospital Metropolitano (HM) se prepara para atingir, na próxima semana, operação plena com 100% da sua capacidade instalada em funcionamento. No total, serão 280 leitos, sendo 100 de Terapia Intensiva (UTI) e 180 de enfermaria, o que inclui 120 leitos de Unidade de Assistência Respiratória (UAR) e 60 de clínica médica.

Desde 20 de março, dia que iniciou o atendimento a pacientes suspeitos e confirmados de infecção por Covid-19, o hospital vem aumentando progressivamente o número de leitos disponibilizados à população. Para os próximos dias, a expectativa é dispor de mais 30 leitos de UTI, chegando a 100% de sua capacidade operacional.

Desde a última sexta-feira (9), quando entraram em funcionamento mais 20 leitos de Terapia Intensiva, o HM conta com 70 leitos do gênero. As enfermarias, que incluem a UAR e a Clínica Médica, já somam 180 leitos.

De acordo com o diretor técnico do HM, Gabriel de Carvalho Cunha, “o Hospital Metropolitano se prepara para atingir o número de leitos planejados para atender à demanda emergencial contra a Covid-19, podendo assim contribuir de forma integral ao atendimento dos pacientes regulados pelo Estado”. O HM recebe pacientes acometidos pela Covid-19 regulados de unidades de saúde de todo o estado da Bahia.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/04/2021	



Lacen-BA ultrapassa marca de 1 milhão de testes de Covid-19 realizados

12 abril 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

A Bahia já realizou mais de 1 milhão de testes RT-PCR, para detecção de coronavírus (Covid-19), por meio do Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz (Lacen-BA), unidade da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab). O número foi ultrapassado cerca de 13 meses após o registro do primeiro caso positivo, em 6 de março de 2020.

Para o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, o resultado foi alcançado graças aos investimentos do Governo do Estado para ampliação do laboratório e aquisição de matéria-prima. “Foram mais de R\$ 20 milhões investidos, em obras e equipamentos. A entrega da nova ala tornou o Lacen-BA o maior laboratório do país em capacidade de realização de exames da Covid-19 e foi idealizada de forma preventiva para o estado, ainda em janeiro de 2020”, afirma o gestor.

A diretora-geral do Lacen-BA, Arabela Leal, detalha que foram comprados extratores, pipetadores, amplificadores, termocicladores, insumos, além de um sequenciador, equipamento que realiza o sequenciamento genético do coronavírus. Além disso, foi realizada a contratação de pessoal para ampliação do serviço e, desse modo, a unidade passou a funcionar 24 horas, sete dias por semana.

“O Lacen-BA mudou toda a sua logística de trabalho. Tivemos que nos adaptar completamente às novas rotinas e temos feito isso diariamente, já que estamos trabalhando por demanda espontânea. É interessante observar como comparativo que, no ano de 2019 inteiro, realizamos um total de 27 mil exames de biologia molecular, somando todos os agravos, como vírus respiratórios e arboviroses. Desde o primeiro caso positivo de Covid-19, em 6 de março de 2020, realizamos 1 milhão de exames”, acrescenta a diretora-geral da unidade.

Sequenciamento

No período de 18 de setembro até 30 de março de 2021, o Lacen-BA realizou o sequenciamento de 175 genomas completos do SARS-CoV-2 (coronavírus), identificando a circulação de 13 linhagens diferentes de coronavírus. A unidade tornou-se referência nacional para fazer o sequenciamento genético de amostras da Bahia e de outros cinco estados (Sergipe, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte).

Novas linhagens

Em janeiro de 2021, foram também detectadas no estado as novas variantes do SARS-CoV-2, recentemente identificadas no Brasil, sendo elas a variante P.1 e P.2 isoladas pela primeira vez no norte (Manaus, Amazonas) e no sudeste do país (Rio de Janeiro). Em fevereiro de 2021, também foi detectada a linhagem peruana C.14, marcando a introdução da mesma através de um viajante por meio de um navio, e a linhagem B.1.1.7 ou variante do Reino Unido ou britânica, detectada no Reino Unido pela primeira vez no início de dezembro de 2020.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 13/04/21	



FMI DIZ QUE PIB DO BRASIL RECUOU NO RANKING GLOBAL DOS PAÍSES COM MAIOR PIB PER CAPITA EM 2020



admin 13 Abril, 2021

Segundo dados divulgados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), o Brasil recuou no ranking global dos países com maior PIB per capita em 2020 e deve continuar a perder posições nos próximos anos. A queda do Brasil no ranking ocorre pelo menos desde 1980, quando o Brasil estava entre os 50 países com maior PIB per capita. Após uma década de crises econômicas, o país caiu para a 60ª posição em 1990. Dez anos depois, perdeu mais sete posições (67ª).

Na primeira década dos anos 2000, apesar do forte crescimento econômico, o país teve desempenho inferior à média mundial e perdeu mais 11 posições (78º). Em 2014, o Brasil registrou o valor mais alto de PIB per capita, pelo conceito que considera a paridade do poder de compra das moedas locais, de US\$ 15.800. Estava na 76ª posição global. Após a recessão de 2014-2016, seguida de três anos de baixo crescimento e uma nova recessão em 2020, o Brasil ficou com a 85ª posição entre os cerca de 195 países para os quais há dados, com um PIB per capita de US\$ 14.916.

O valor é inferior ao de países da América Latina como Chile (US\$ 23.366), Argentina (US\$ 20.750) e México (US\$ 19.130), mas está à frente da Colômbia (US\$ 14.323). Está atrás da Rússia (US\$ 27.903), mas supera a Índia (US\$ 6.461). As projeções do FMI são de que o Brasil supere o patamar de 2014 em valores correntes somente em 2022, mantendo praticamente a mesma posição no ranking. Em 2026, último ano para o qual o Fundo fez estimativas, o país deve estar na posição 90.

Em termos de comparação, a China registrou crescimento do PIB per capita de 500% desde 2000, enquanto o Brasil teve expansão de 64%. O país asiático ultrapassou o Brasil em 2018. Até 2026, o crescimento esperado é de 26% para o indicador brasileiro e 57% para o chinês. A paridade do poder de compra nivela as diferenças nos custos de vida dos países para permitir comparações internacionais.

Pelo poder de paridade, o Brasil era em 2020 a oitava maior economia do planeta (com PIB de US\$ 3,15 trilhões), mesma posição ocupada no ranking de 2019. Estão à frente China, EUA, Índia, Japão, Alemanha, Rússia e Indonésia. Pelas projeções do FMI a posição brasileira deve continuar a mesma até pelo menos 2026.

As disparidades geradas pela pandemia e a expectativa de que a recuperação global seja desigual, por causa do acesso a vacinas e capacidade de adoção de estímulos, estão entre os fatores que deixam o Brasil ainda em maior desvantagem. Outros emergentes também vão sofrer com esses fatores. Ainda assim, devem ter performance econômica superior.

Em relatório recente, o FMI afirmou que o PIB per capita deve recuar cerca de 20% de 2020 a 2022 nos países emergentes, incluindo o Brasil, ante 11% nos desenvolvidos. No ano passado, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro recuou 4,1%, queda maior que a média mundial de 3,3%. Em 2021, deve crescer 3,7%, segundo projeção do FMI muito próxima dos números estimados pelo governo brasileiro -resultado também pior que o crescimento médio mundial de 6% e dos países latino-americanos (4,6%).

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 13/04/21	



EQUIPE ECONÔMICA COMEMORA ARRECADAÇÃO DE MARÇO



admin 13 Abril, 2021

A equipe econômica do governo comemorou os dados de arrecadação dos quinze primeiros dias do mês de março, segundo a coluna de Lauro Jardim, do jornal O Globo. Os resultados da segunda quinzena não foram ainda computados, mas ninguém espera bons números, dado que coincidiu com o aumento das restrições no comércio devido ao recrudescimento da pandemia do coronavírus.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/04/2021	Caderno: Notícias



Terça, 13 de Abril de 2021 - 09:00

Governo estuda PEC para tirar despesas do teto, liberando espaço para emendas

por **Bernardo Caram e Fábio Pupo** | Folhapress

O governo estuda com aliados uma manobra orçamentária para retirar certas despesas do teto de gastos em 2021 sem decretar o estado de calamidade pública (que libera de forma irrestrita gastos ligados à pandemia). A medida ajudaria a resolver o imbróglio no Orçamento deste ano ao abrir espaço para emendas parlamentares.

A ideia é editar uma nova PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para liberar gastos emergenciais específicos e, assim, resolver dois problemas do governo. Por um lado, seriam liberadas despesas para a pandemia; por outro, haveria possibilidade de autorizar mais verbas para deputados e senadores que queiram destinar recursos para obras e outras medidas em seus redutos eleitorais.

O plano em discussão prevê deixar fora da contabilidade do teto de gastos, da meta fiscal e da regra de ouro certos programas gestados pela Economia, como o Pronampe (programa de crédito para micro e pequenas empresas) e o BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego), além de iniciativas de outras pastas.

Também ficariam de fora dos limites despesas com saúde e outras medidas para mitigar as consequências da Covid-19, de acordo com a avaliação preliminar do governo e de aliados.

Os estudos são feitos menos de um mês após a promulgação da emenda constitucional Emergencial, que destravou o auxílio emergencial e que já tinha criado uma cláusula de calamidade pública —que, caso acionada, liberaria gatilhos para contenção de despesas.

Mesmo assim, o ministro Paulo Guedes (Economia) mostra resistência em acionar o estado de calamidade nos moldes aprovados pelo Congresso. Em sua visão, isso criaria um "cheque em branco" para novas despesas sem as devidas contrapartidas.

Isso porque a PEC sugerida por Guedes originalmente previa que o acionamento da cláusula de calamidade permitiria uma vedação de despesas (como o congelamento de salário de servidores e o impedimento de novos gastos obrigatórios) por até três anos.

Mas o Congresso modificou o trecho e restringiu esse ajuste somente para o exercício da calamidade. Neste ano, os salários de servidores já estão congelados e o governo já não tem feito outros tipos de gastos que seriam impedidos —como novos concursos públicos.

Por isso, acionar a calamidade apenas liberaria despesas de forma indiscriminada. "[Ao] apertar hoje o botão de calamidade, você seguraria os salários [de servidores], que já estão travados até dezembro. Seria apenas uma licença para gastar, um cheque em branco. Em vez de ser um sinal de estabilidade, seria o contrário", disse o ministro na última semana.

Diante da falta de recursos e da resistência de Bolsonaro em cortar verbas de outros

programas, o governo já havia decidido financiar certas iniciativas por meio de créditos extraordinários —liberados em momentos de justificada urgência. Esse instrumento não conta no teto de gastos (regra que limita as despesas do governo à variação da inflação).

No entanto, os créditos extraordinários impactam a meta fiscal —diferença entre receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros— e a regra de ouro, que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

A PEC, portanto, abriria caminho para o governo implementar esses gastos sem nenhum tipo de trava. Mas autorizaria apenas despesas específicas, sem liberar novos gastos de maneira ampla e irrestrita como ocorreu em 2020.

Na sexta-feira (8), Guedes indicou que o governo poderá usar créditos extraordinários para financiar programas além do BEm e do Pronampe, mas não deixou claro o plano.

Em videoconferência, o ministro falou em usar esses recursos fora do teto para "preservar algumas áreas críticas importantes". Destacou ainda que a verba pode ser usada para os dois programas e "mais um pouquinho para efeitos colaterais". Guedes também já tinha dado declarações recentes de que o país tem espaço fiscal para fazer mais gastos por meio da flexibilização das regras fiscais, mas desde que voltados à Covid-19 e com valores delimitados.

O BEm é uma complementação parcial de remuneração paga pelo governo a trabalhadores com salário e jornada cortados ou contrato suspenso. O Pronampe, por sua vez, é um programa de crédito emergencial de baixo custo, com garantia do governo, voltado a pequenas empresas.

O novo plano em avaliação seria uma forma de resolver o impasse que se formou em torno do Orçamento deste ano. Ao aprovarem as contas de 2021, os parlamentares subestimaram gastos obrigatórios, como benefícios previdenciários, e turbinaram as emendas parlamentares.

Um acordo entre governo e parlamentares previa uma liberação adicional de R\$ 16 bilhões em emendas neste ano. No entanto, o Orçamento foi aprovado com a previsão de R\$ 29 bilhões para essa rubrica, patamar considerado insustentável pela equipe econômica.

O movimento criou uma disputa. O Ministério da Economia tenta recompor os gastos obrigatórios e, para isso, afirma que é necessário cortar emendas. Os parlamentares resistem a abrir mão dessa verba. O prazo para sanção do projeto vai até 22 de abril.

TETO DE GASTOS

Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação.

META FISCAL

É o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros.

REGRA DE OURO

Impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais

Veículo: Bocão News	
Data: 13/04/21	



POLÍTICA

Governo estuda PEC para tirar despesas do teto, liberando espaço para emendas



13 de Abril de 2021 às 07:52 Por:

Agencia Brasil /Arquivo Por: Redação BNews

O governo estuda com aliados uma manobra orçamentária para retirar certas despesas do teto de gastos em 2021 sem decretar o estado de calamidade pública (que libera de forma irrestrita gastos ligados à pandemia). A medida ajudaria a resolver o imbróglio no Orçamento deste ano ao abrir espaço para emendas parlamentares.

A ideia é editar uma nova PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para liberar gastos emergenciais específicos e, assim, resolver dois problemas do governo. Por um lado, seriam liberadas despesas para a pandemia; por outro, haveria possibilidade de autorizar mais verbas para deputados e senadores que queiram destinar recursos para obras e outras medidas em seus redutos eleitorais.

O plano em discussão prevê deixar fora da contabilidade do teto de gastos, da meta fiscal e da regra de ouro certos programas gestados pela Economia, como o Pronampe (programa de crédito para micro e pequenas empresas) e o BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego), além de iniciativas de outras pastas.

Também ficariam de fora dos limites despesas com saúde e outras medidas para mitigar as consequências da Covid-19, de acordo com a avaliação preliminar do governo e de aliados.

Os estudos são feitos menos de um mês após a promulgação da emenda constitucional Emergencial, que destravou o auxílio emergencial e que já tinha criado uma cláusula de calamidade pública —que, caso acionada, liberaria gatilhos para contenção de despesas.

Mesmo assim, o ministro Paulo Guedes (Economia) mostra resistência em acionar o estado de calamidade nos moldes aprovados pelo Congresso. Em sua visão, isso criaria um "cheque em branco" para novas despesas sem as devidas contrapartidas.

Isso porque a PEC sugerida por Guedes originalmente previa que o acionamento da cláusula de calamidade permitiria uma vedação de despesas (como o congelamento de salário de servidores e o impedimento de novos gastos obrigatórios) por até três anos.

Mas o Congresso modificou o trecho e restringiu esse ajuste somente para o exercício da calamidade. Neste ano, os salários de servidores já estão congelados e o governo já não tem feito outros tipos de gastos que seriam impedidos —como novos concursos públicos.

Por isso, acionar a calamidade apenas liberaria despesas de forma indiscriminada. "[Ao] apertar hoje o botão de calamidade, você seguraria os salários [de servidores], que já estão travados até dezembro. Seria apenas uma licença para gastar, um cheque em branco. Em vez de ser um sinal de estabilidade, seria o contrário", disse o ministro na última semana.

Diante da falta de recursos e da resistência de Bolsonaro em cortar verbas de outros programas, o governo já havia decidido financiar certas iniciativas por meio de créditos extraordinários —liberados em momentos de justificada urgência. Esse instrumento não conta no teto de gastos (regra que limita as despesas do governo à variação da inflação).

No entanto, os créditos extraordinários impactam a meta fiscal —diferença entre receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros— e a regra de ouro, que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

A PEC, portanto, abriria caminho para o governo implementar esses gastos sem nenhum tipo de trava. Mas autorizaria apenas despesas específicas, sem liberar novos gastos de maneira ampla e irrestrita como ocorreu em 2020.

Na sexta-feira (8), Guedes indicou que o governo poderá usar créditos extraordinários para financiar programas além do BEm e do Pronampe, mas não deixou claro o plano.

Em videoconferência, o ministro falou em usar esses recursos fora do teto para "preservar algumas áreas críticas importantes". Destacou ainda que a verba pode ser usada para os dois programas e "mais um pouquinho para efeitos colaterais".

Guedes também já tinha dado declarações recentes de que o país tem espaço fiscal para fazer mais gastos por meio da flexibilização das regras fiscais, mas desde que voltados à Covid-19 e com valores delimitados.

O BEm é uma complementação parcial de remuneração paga pelo governo a trabalhadores com salário e jornada cortados ou contrato suspenso. O Pronampe, por sua vez, é um programa de crédito emergencial de baixo custo, com garantia do governo, voltado a pequenas empresas.

O novo plano em avaliação seria uma forma de resolver o impasse que se formou em torno do Orçamento deste ano.

Ao aprovarem as contas de 2021, os parlamentares subestimaram gastos obrigatórios, como benefícios previdenciários, e turbinaram as emendas parlamentares.

Um acordo entre governo e parlamentares previa uma liberação adicional de R\$ 16 bilhões em emendas neste ano. No entanto, o Orçamento foi aprovado com a previsão de R\$ 29 bilhões para essa rubrica, patamar considerado insustentável pela equipe econômica.

O movimento criou uma disputa. O Ministério da Economia tenta recompor os gastos obrigatórios e, para isso, afirma que é necessário cortar emendas. Os parlamentares resistem a abrir mão dessa verba. O prazo para sanção do projeto vai até 22 de abril.

TETO DE GASTOS

Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação.

META FISCAL

É o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros.

REGRA DE OURO

Impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais

Governo estuda PEC para tirar despesas do teto e abrir espaço para emendas

Plano prevê novos gastos fora da regra fiscal, como o programa de redução de salário e o de crédito para micro e pequenas empresas

Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo estuda com aliados uma manobra orçamentária para retirar certas despesas do teto de gastos em 2021 sem decretar o estado de calamidade pública (que libera de forma irrestrita gastos ligados à pandemia). A medida ajudaria a resolver o imbróglio no Orçamento deste ano ao abrir espaço para emendas parlamentares.

A ideia é editar uma nova PEC (proposta de emenda à Constituição) para liberar gastos emergenciais específicos e, assim, resolver dois problemas do governo. Por um lado, seriam liberadas despesas para a pandemia; por outro, haveria possibilidade de autorizar mais verbas para congressistas que queiram destinar recursos para obras e outras medidas em seus redutos eleitorais.

O plano em discussão prevê deixar fora da contabilidade do teto de gastos, da meta fiscal e da regra de ouro certos programas gestados pela Economia, como o Pronampe (programa de crédito para micro e pequenas empresas) e o Bem (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego), além de iniciativas de outras pastas.

Também ficariam de fora dos limites despesas com saúde e outras medidas para mitigar as consequências da Covid-19, segundo avaliação preliminar do governo e de aliados.

Os estudos são feitos menos de um mês após a promulgação da PEC Emergencial, que destravou o auxílio emergencial e que já tinha criado uma cláusula de calamidade de pública — que, caso acionada, liberaria gastos para contenção de despesas.

Mesmo assim, o ministro Paulo Guedes (Economia) mostra resistência em acionar o estado de calamidade nos moldes aprovados pelo Congresso. Em sua visão, isso criaria um "cheque em branco" para novas despesas sem

as devidas contrapartidas.

Isso porque a PEC sugerida por Guedes originalmente previa que o acionamento da cláusula de calamidade permitiria uma vedação de despesas (como o congelamento de salário de servidores e o impedimento de novos gastos obrigatórios) por até três anos.

Mas o Congresso modificou o trecho e restringiu esse ajuste ao exercício da calamidade. Neste ano, os salários de servidores já estão congelados, e o governo já não tem feito outros tipos de gastos que seriam impedidos — como novos concursos públicos.

Por isso, acionar a calamidade apenas liberaria despesas de forma indiscriminada. "[Ao] apertar hoje o botão de calamidade, você seguraria os salários [de servidores], que já estão travados até dezembro. Seria apenas uma licença para gastar, um cheque em branco. Em vez de ser um sinal de estabilidade, seria o contrário", disse o ministro na última semana.

Diante da falta de recursos e da resistência de Bolsonaro em cortar verbas de outros programas, o governo já havia decidido financiar certas iniciativas por meio de créditos extraordinários — liberados em momentos de justificada urgência. Esse instrumento não conta no teto de gastos (regra que limita as despesas do governo à variação da inflação).

No entanto, os créditos extraordinários impactam a meta fiscal — diferença entre receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros — e a regra de ouro, que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

A PEC, portanto, abriria caminho para o governo implementar esses gastos sem nenhum tipo de trava. Mas autorizaria apenas despesas específicas, sem liberar novos gas-

GLOSSÁRIO FISCAL

Teto de gastos Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação

Meta fiscal É o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros

Regra de ouro Impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais

tos de maneira ampla e irrestrita, como ocorreu em 2020.

Na sexta-feira (8), Guedes indicou que o governo poderia usar créditos extraordinários para financiar programas além do Bem e do Pronampe, mas não deixou claro o plano.

Em videoconferência, o ministro falou em usar esses recursos fora do teto para "preservar algumas áreas críticas importantes". Destacou ainda que a verba pode ser usada para os dois programas e "mais um pouquinho para efeitos colaterais".

Guedes também já tinha dado declarações de que o país tem espaço fiscal para fazer mais gastos via flexibilização das regras fiscais, mas desde que voltados à Covid-19 e com valores delimitados.

O Bem é uma complementação parcial de remuneração paga pelo governo a trabalhadores com salário e jornada cortados ou contrato suspenso. O Pronampe, por sua vez, é um programa de crédito emergencial de baixo custo, com garantia do governo, voltado a pequenas empresas.

O novo plano em avaliação seria uma forma de resolver o impasse que se formou em torno do Orçamento.

Ao aprovarem as contas de 2021, os parlamentares submeteriam gastos obrigatórios, como benefícios previdenciários, e turbinariam as emendas parlamentares.

Um acordo entre governo e parlamentares previa uma liberação adicional de R\$ 16 bilhões em emendas neste ano.

No entanto, o Orçamento foi aprovado com a previsão de R\$ 20 bilhões para essa rubrica, patamar considerado insustentável pela equipe econômica.

O movimento criou uma disputa. O Ministério da Economia tenta recompor os gastos obrigatórios e, para isso, afirma que é necessário cortar emendas. Os parlamentares resistem a abrir mão dessa verba. O prazo para sanção do projeto é 22 de abril.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Parede

Após quase um mês de portas fechadas, os varejistas de material de construção de São Paulo, que reabriram nesta segunda (12) com a fase vermelha, dizem que a venda online frustrou. Waldir Abreu, superintendente da Anamac (associação do setor), afirma que encomenda de WhatsApp e delivery não funcionam com esse tipo de produto. Para ele, a retomada dependerá da disposição do consumidor em dar sequência às reformas, o que só deve ocorrer no segundo semestre.

CIMENTO A Anamac divulgou nesta terça o novo levantamento do termômetro do setor. Apesar da pandemia, o mercado de construção se manteve aquecido. Porém, a parcela de revendedores que apontou crescimento das vendas caiu de 45% para 28% entre fevereiro e março.

AZULEJO Segundo a pesquisa da Anamac, em parceria com a FGV/Ibre, essa nova percepção de crescimento agora está inferior à de estabilidade (40%) e à de queda (32%).

SUAVES PRESTAÇÕES O DER (Departamento de Estradas de Rodagem), que administra todas as multas aplicadas nas estradas do estado de São Paulo, incluindo as concessões, começou a aceitar parcelamento com cartão de crédito. A partir desta segunda-feira (12), quem for multado poderá pagar em 12 vezes pelo site do órgão.

BOLSO A medida chega no momento de dificuldade econômica da pandemia e pode ser importante para quem teve queda na renda, segundo o secretário de Logística e Transportes, João Octaviano Machado. As multas inscritas em dívida ativa não poderão ser parceladas.

SERINHA As seis centrais sindicais brasileiras, CUT, Força Sindical, UGT, NCST Nova Central, CTB e CSB escreveram uma carta para o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pedindo ajuda para a vacinação por aqui.

VOLTA AO MUNDO Os autores da missiva elogiam a condução do americano na pandemia, criticam a gestão do governo brasileiro e pedem que Biden considere a chance de doar vacinas ao Brasil. O grupo já tinha feito pedido semelhante à embaixada da China.

SEGUIDORES Nesta segunda-feira (12), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, trocou sua foto do Facebook. O gesto chamou a atenção de executivos do setor da saúde, porque diante da gravidade da crise sanitária não deveria sobrar tempo para pensar em rede social. Procurada pelo Painel S.A., a assessoria do ministro disse que o perfil é particular.

com Andressa Motter

INDICADORES

JUROS		
Mar. em % ao mês	7,73	
Mínimo	8,00	
Máximo	3,89	
Empréstimo pessoal	7,89	
Cheque especial		
Funif. Fiscal SP		
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA		
Competência março		
Autônomo, empregador e facultativo		
Valor mín.	R\$ 1.100,00 20%	
Valor máx.	R\$ 6.433,57 20%	
R\$ 1.286,21		
MEI (Microempreendedor)		
Valor mín.	R\$ 1.100 5%	
Valor máx.	R\$ 55,00	
Assalariado		
Até R\$ 1.200	7,5%	
De R\$ 1.200,01 a R\$ 2.268,48	9%	
De R\$ 2.268,49 a R\$ 3.305,22	12%	
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57	14%	
IMPOSTO DE RENDA		
Em R\$	Alíquota	Deduzir
Até 1.903,98	isento	em R\$
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,90
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36
EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
Considerando o piso na carteira e Grande SP		
R\$ 1.252,48	Valor, em R\$	
Empregado	96,32	
Empregador	250,46	
O piso para o empregador do trabalhador doméstico vem em 7,4% a mais do que o piso para o empregado. Indica o pagamento do empregador, incluindo a contribuição de 20% do INSS, 8% do FGTS, 2,3% de multa rescisória do FORT e 8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição do INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% a 14%. Para o salário mínimo, de 7,5% a 14%, aplicadas ao bruto da folha do salário, até a 7ª de maio.		

Com piora da pandemia, bancos traçam cenário mais pessimista para a economia

Douglas Gavras

SÃO PAULO Em meio ao aumento do número de mortes e de hospitalizações no Brasil por conta da Covid-19, os bancos já traçam um cenário mais pessimista para o desempenho do país e das contas públicas neste ano, com um risco maior de rompimento do teto de gastos.

O Itaú Unibanco, por exemplo, considera uma piora no déficit primário (sem contar o pagamento com os juros da dívida). Os economistas incluem em suas contas um volume maior de despesas emergenciais além do teto de gastos. A avaliação é que, pela dinâmica atual da pandemia, pode haver mais uma flexibilização da regra que limita os gastos públicos.

"Tal cenário impactaria a já frágil sustentabilidade fiscal brasileira, aumentando o prêmio de risco doméstico, com efeitos negativos sobre juros, câmbio e atividade econômica em 2021 e, predominantemente, em 2022", resume a equipe da instituição, que revisou as estimativas de déficit

primário de 2,5% do PIB para 2,8%, ou de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 2,3 bilhões.

A revisão ocorre pela perspectiva do banco e que os gastos emergenciais que não estão sujeitos ao teto devem crescer, alcançando R\$ 100 bilhões (ou 1,2% do PIB). Além dos gastos com o sistema de saúde, o aumento viria de programas de proteção ao emprego formal, como o Benefício Emergencial (BEm) e o Pronampe, de crédito para empresas.

"A dinâmica da pandemia ao longo dos últimos meses gerou uma pressão maior para que se repetissem os programas de crédito subsidiado. O risco é de uma flexibilização do teto", avalia Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco. Ela ressalta que a instituição já vinha enfatizando que existe um temor não desprezível de maior flexibilização do teto de gastos à frente. "Vamos, no entanto, que o ritmo de vacinação tem aumentado, o que deve causar um alívio".

Ainda assim, o Itaú Unibanco pondera que o impacto econômico da segunda onda tem sido mais moderado do que

SALDO DA BOLSA VOLTA A FICAR POSITIVO COM ENTRADA DE ESTRANGEIROS

O saldo da Bolsa de Valores brasileira voltou ao patamar positivo no início de abril com a entrada de estrangeiros, informou a B3 nesta segunda-feira (12). No acumulado do mês até o dia 8, a entrada de capital internacional está superavitosa em R\$ 135,9 milhões. O volume de capital estrangeiro na Bolsa encerra março com déficit de R\$ 3,3 bilhões.

o observado no segundo trimestre do ano passado. Por isso, o banco manteve a projeção de crescimento do PIB brasileiro em 3,8% para 2021. A deterioração das condições financeiras do país, no entanto, devem afetar o crescimento no ano seguinte.

Em um cenário extremo, o BTG Pactual, por sua vez, diz que, caso o gasto público aumente e ocorra uma forte alta do dólar, a cotação do dólar poderia terminar o ano em R\$ 6,40. "O principal risco negativo para o cenário de câmbio é uma sinalização de deterioração adicional das contas públicas", afirmou o banco. No cenário base previsto pelo BTG, a moeda nordestina deve fechar o ano a R\$ 5,40 (R\$ 0,20 acima do que estava previsto antes).

Já o JPMorgan afirma que, caso as medidas de distanciamento fiquem mais frouxas nos próximos três meses, mesmo com o progresso da vacinação, poderá haver uma nova onda de Covid-19 no Brasil, com um número de casos próximo aos níveis da primeira onda da pandemia.



Guedes avalia PEC para renovar programas, como de corte de salários, sem acionar calamidade

Alternativa está sendo analisada pelo Ministério da Economia; Guedes vê risco de decretação de calamidade se transformar num 'cheque em branco' para despesas adicionais fora do teto de gastos

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

12 de abril de 2021 | 15h05

BRASÍLIA - A equipe econômica começou a desenhar uma nova **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)** para delimitar o alcance da renovação dos programas de combate aos efeitos da **pandemia de covid-19**. Essa é uma alternativa em análise no **Ministério da Economia** para “carimbar” os créditos extraordinários necessários para bancar a nova rodada de ajudas às empresas e aos trabalhadores sem apertar o “botão” do estado de calamidade.

O assunto é tratado reservadamente pelo ministro da Economia, **Paulo Guedes**, que vê risco de a decretação da calamidade se transformar num “cheque em branco” para despesas adicionais fora do **teto de gastos**, a regra que limita o crescimento das despesas acima da **inflação**, comprometendo as contas públicas.

Guedes já sinalizou que vai renovar o BEm, programa que permite às empresas reduzirem jornada e salário dos funcionários ou suspender contratos, com custo de cerca de R\$ 10 bilhões para o pagamento do benefício que compensa parte da perda salarial. Segundo o governo, a medida ajudou a manter 11 milhões de empregos em 2020. A reedição do programa é uma demanda das empresas mais afetadas pelas medidas de isolamento social adotadas em todo o **País** para conter o avanço do novo coronavírus.

O Pronampe, programa de crédito para micro e pequenas empresas, com garantia do **Tesouro Nacional**, também será renovado, com despesa calculada em cerca de R\$ 4 bilhões pela equipe econômica. Esse volume de garantias, segundo uma fonte envolvida nas negociações, pode dar base à concessão de R\$ 40 bilhões em novos empréstimos. Nos bastidores, porém, há quem defenda valor maior, de R\$ 7 bilhões. Sem espaço no **Orçamento** normal, que passa por um impasse político-econômico por causa da maquiagem nas despesas obrigatórias, que foram subestimadas, as medidas de ajuda serão feitas por meio de créditos extraordinários, que ficam fora do teto de gastos.

A PEC facilitaria a abertura desses créditos ao desobstruir o caminho hoje travado pelas regras fiscais, que continuam sendo um obstáculo para o lançamento da nova rodada dos programas. Não se trata apenas do dispositivo da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** de 2021, que exige compensação de aumento de receita ou corte de despesas para a criação de novos programas, mesmo que não sejam permanentes, um problema revelado pelo **Estadão/Broadcast**.

As despesas de créditos extraordinários são igualmente contabilizadas na meta de resultado primário das contas públicas, que precisaria ser mudada para acomodar um rombo maior decorrente desses gastos adicionais. Hoje, a meta fiscal é de déficit de R\$ 247,1 bilhões em 2021.

O mesmo ocorre com a chamada regra de ouro, norma constitucional que impede o Tesouro de usar recursos obtidos via emissão de dívida para bancar despesas correntes, como salários. O crédito extraordinário vai, na prática, ser pago via emissão de dívida, ampliando o rombo na regra de ouro.

Há também um desconforto jurídico entre os técnicos do Ministério da Economia para editar os créditos extraordinários depois do Orçamento sancionado, já que “em tese” o Orçamento deveria ter dado uma reposta orçamentária para a pandemia. É que créditos extraordinários só podem ser editados em casos de imprevisibilidade e urgência.

Guedes e seus auxiliares no Ministério da Economia consideram que, sem a PEC e com uma decretação de calamidade, há risco de se perder o controle dos gastos e chegar a

mais de 8% do **PIB** em despesas, como em 2020. O ministro prefere que as injeções de recursos sejam “muito cuidadosas, efetivas e com foco nos programas que deram certo”. Na definição de um integrante da equipe econômica, os novos créditos precisam ser feitos “tudo com muito cuidado, calibrado e arrumadinho”. Outra alternativa em análise é decretação do estado de calamidade por um tempo menor.

A delimitação do alcance de um programa em uma PEC já foi a estratégia adotada no caso do auxílio emergencial, cujo limite ficou fixado em R\$ 44 bilhões. O texto exclui esse valor da contabilidade da meta de primário, do teto de gastos e da regra de ouro. No entanto, justamente por essa PEC ter sido recém-aprovada, consumindo capital político do governo junto ao **Congresso**, é que o assunto é tido como delicado. Ainda não há decisão final. Também pesa nessa equação o impasse no Orçamento de 2021 e a determinação do **Supremo Tribunal Federal (STF)** para a instalação da **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19**, que dificultam as negociações.

A PEC que permitiu a reedição do auxílio incluiu medidas futuras de ajuste fiscal e prevê o estado de calamidade, com acionamento de medidas compensatórias de corte de gastos, que incluem “gatilhos” como congelamento de salários de servidores. Na prática, porém, para o governo federal, o acionamento da calamidade em 2021 teria pouca eficácia pelo lado de contenção de gastos, uma vez que as remunerações do funcionalismo já estão congeladas até o fim deste ano.

AS TRÊS REGRAS FISCAIS

O governo precisa cumprir três regras fiscais principais.

META FISCAL

O resultado primário é calculado pela diferença entre as despesas do governo (com pagamento de pessoal, Previdência, custeio e investimentos) e as receitas com os tributos. Para este ano, o governo vai gastar mais que arrecadar - portanto, a meta permite um resultado negativo em até R\$ 247,1 bilhões.

TETO DE GASTOS

Criado no governo do ex-presidente **Michel Temer**, limita o avanço das despesas à variação da inflação acumulada em 12 meses até junho do ano anterior. De junho de

2019 a julho de 2020, esse índice ficou em 2,13%, percentual que corrige o teto em 2020.

REGRA DE OURO

Impede o governo federal de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, **Previdência Social** e benefícios assistenciais. A exceção é se o Congresso conceder uma autorização especial para emitir dívida e usar esse dinheiro para pagar aposentadorias, salários e **Bolsa Família**. Para este ano, o governo precisaria de um crédito extra de R\$ 444,1 bilhões. Com medidas como uso do lucro do **BC**, devolução antecipada da dívida do **BNDES** e desvinculação de superávit financeiro, o valor caiu para R\$ 125,7 bilhões, segundo estimativa de fevereiro.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 13/04/2021	Caderno: Economia



Reforma tributária dos EUA traz sinalizações importantes para o mundo

Mudanças visam arrecadar recursos para o programa de investimentos do governo de Joe Biden

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

13 de abril de 2021 | 04h00

O governo dos **Estados Unidos** anunciou recentemente uma proposta de mudança no sistema tributário (*Made in America Tax Plan*), que visa, entre outros objetivos, a arrecadar recursos para financiar um ambicioso programa de investimentos, cujo custo deve montar a US\$ 2 trilhões nos próximos dez anos.

A proposta de **reforma tributária** de **Joe Biden** chama a atenção por indicar duas importantes mudanças relativamente à postura do governo **Trump**: a) a reversão da tendência de redução da alíquota do Imposto de Renda corporativo; e b) uma maior disposição dos EUA em tratar de forma multilateral as questões tributárias. São mudanças importantes que podem afetar a forma como o mundo vem tratando da tributação das corporações, mas cujo impacto ainda não é certo.

A seguir são descritas algumas das mudanças propostas.

A primeira é a elevação da alíquota federal do Imposto de Renda corporativo de 21% para 28%, revertendo parcialmente a redução da alíquota de 35% para 21% promovida pelo governo Trump.

Em segundo lugar, propõem-se alterações relevantes em um dispositivo introduzido pela reforma tributária de 2017 – o *global intangible low-tax income* (Gilti). Em seu formato atual, o **Gilti** prevê a tributação, nos EUA, à alíquota de 10,5%, da renda

originária de ativos intangíveis auferida no exterior pelas subsidiárias de empresas norte-americanas, isentando-se a renda correspondente a 10% do valor dos ativos tangíveis detidos no exterior. Pela proposta de Biden, a isenção para a renda dos ativos tangíveis seria revogada e a alíquota do Gilti elevada para 21%. A aplicação do Gilti passaria a ser feita país a país, e não de forma consolidada como é feito hoje.

A terceira mudança é a introdução de um imposto mínimo de 15% sobre o lucro contábil das corporações, visando a alcançar a renda de empresas cujo lucro fiscal é muito inferior ao lucro contábil.

Por fim, há duas mudanças que visam a induzir a adoção, em nível mundial, de uma alíquota mínima do Imposto de Renda corporativo. A primeira é a sinalização de que os EUA vão colaborar com os demais países da **OCDE** na introdução da alíquota mínima. A segunda é a vedação à dedução, no cálculo do imposto, de pagamentos feitos por empresas dos EUA a partes relacionadas localizadas em países cuja alíquota seja inferior à mínima.

As mudanças propostas têm dois objetivos. Um deles é aumentar a participação da tributação da renda corporativa no total da receita tributária dos EUA. Segundo a nota que descreve as propostas, com a reforma de 2017 a receita do Imposto de Renda corporativo teria caído do nível histórico de 2% do **PIB** (já inferior à média dos demais países da OCDE, que é de 3% do PIB) para apenas 1% do PIB. A nota também menciona que o objetivo é reverter a tendência histórica de redução da tributação da renda do capital relativamente à renda do trabalho.

O segundo objetivo é induzir a adoção de uma alíquota mínima internacional sobre a renda corporativa, desestimulando a competição tributária entre países.

A proposta sinaliza mudanças relevantes ante a tendência mundial, que vem desde os anos 1980, de redução descoordenada da tributação sobre a renda corporativa. No entanto, ainda não está claro se a iniciativa alcançará esses objetivos.

Apesar do apoio à alíquota mínima internacional, a proposta dos EUA se baseia predominantemente em dispositivos da legislação doméstica que não existem em outros países, o que dificulta a coordenação internacional. Em particular, a mudança no Gilti

aumenta a tributação nos EUA das Big Techs norte-americanas, dificultando a distribuição do imposto sobre os lucros dessas empresas entre os países, proporcionalmente a suas vendas, que é uma demanda dos demais membros da OCDE.

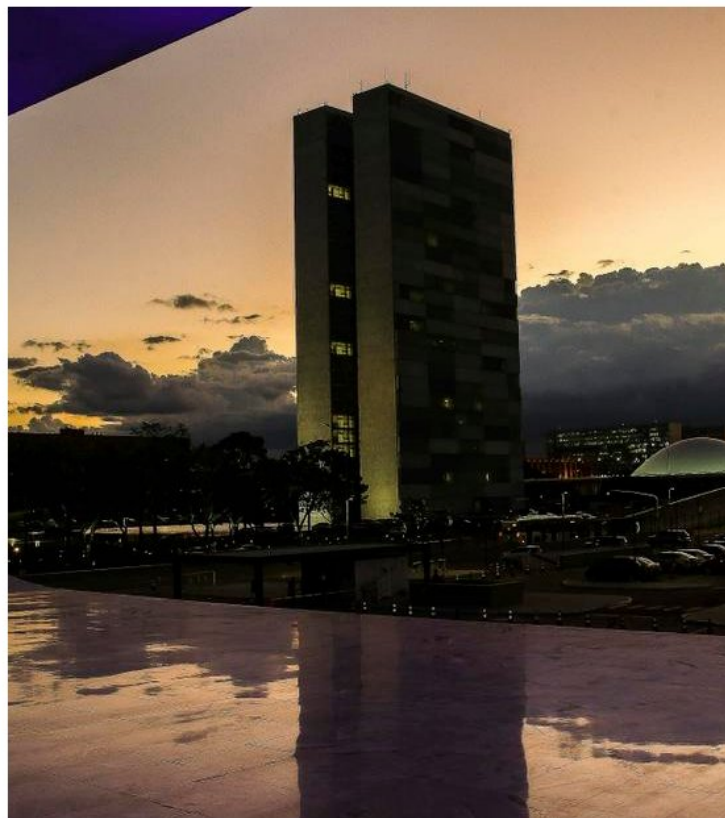
Ou seja, a reforma proposta pelos EUA traz sinalizações importantes e que vão na direção correta, mas talvez ainda esteja aquém do necessário para uma mudança mais efetiva da tributação mundial do lucro das grandes corporações.

***DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL**

Primeiro Caderno

Governo estuda tirar obras, parte das despesas com saúde e mp 936 do teto

13/04/2021 às 05:29



Congresso Nacional. Para integrantes do Executivo, medida como uma saída para atender à demanda de parlamentares dinheiro para empreendimentos públicos em seus redutos

Pressionado a encontrar uma solução para o impasse do Orçamento, o governo avalia enviar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para permitir que gastos contra a pandemia de Covid-19 e até recursos para obras fiquem fora de regras fiscais. A medida é vista por parte dos integrantes do Executivo como uma saída para dois problemas. Em uma frente, ao liberar dinheiro para os empreendimentos públicos, atenderia à demanda de parlamentares que inflaram as despesas para projetos de interesse político durante a votação da proposta orçamentária por meio de uma manobra considerada irregular pela equipe econômica — ponto central do desentendimento. Em outra, permitiria reeditar programas emergenciais sem recorrer ao Estado de Calamidade, que flexibiliza despesas durante o ano inteiro.

As primeiras informações sobre o plano foram mal recebidas pelo mercado financeiro, preocupado com o aumento da dívida pública. O dólar comercial voltou ao patamar acima de R\$ 5,70.

No Ministério da Economia, a ideia é que o projeto suspenda temporariamente travas apenas para gastos relacionados ao combate ao novo coronavírus e seus impactos econômicos, como a renovação do programa que autoriza acordos de redução de jornada e salário — nos moldes da medida provisória (MP) 936 — e a liberação de mais recursos para a saúde. Essas ações seriam limitadas a R\$ 35 bilhões e não ficariam sujeitas a freios como o teto de gastos, que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior.

A possibilidade de gastar com obras fora desses limites começou a ser articulada pela ala política do governo, que fala em gastos entre R\$ 15 bilhões e R\$ 18 bilhões. A intenção desse grupo, segundo fontes, é autorizar essas despesas na PEC com o objetivo de “atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos” da pandemia. Para auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, isso significaria um dribble no teto de gastos. O governo ainda não tomou uma decisão sobre o envio do texto, que será apresentado ao presidente Jair Bolsonaro.

As negociações ocorrem em um momento em que Bolsonaro é pressionado pelo Congresso a sancionar o Orçamento sem vetos. A proposta aumentou em R\$ 26,4 bilhões as emendas parlamentares, especialmente para obras. Para isso, o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou gastos obrigatórios, especialmente com Previdência, abono salarial e seguro-desemprego, o que é considerado irregular por especialistas e técnicos do governo. Guedes tem defendido o veto desse trecho para que seja possível recompor a previsão das despesas que foram subestimadas e não podem deixar de ser pagas.

O ministro afirma que há risco de o presidente cometer crime de responsabilidade, caso assine o texto como foi aprovado. Nos últimos dias, auxiliares de Bolsonaro passaram até a avaliar a possibilidade de o presidente viajar para fora do país e deixar Lira sancionar o Orçamento. Para isso, seria necessário o vice-presidente Hamilton Mourão também viajar. O presidente da Câmara é o terceiro na linha de sucessão da Presidência da República. O prazo para sanção ou veto da proposta termina no dia 22.

tensão com o congresso

Apesar da posição de Guedes, começou a ganhar força de fato no governo e até entre parte da equipe econômica a possibilidade de sancionar integralmente o texto, uma forma de evitar aumentar a tensão com o Legislativo no momento em que o governo ainda tem que lidar com as articulações em torno da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, no Senado.

Caso Bolsonaro sancione integralmente o texto, a PEC poderia resolver o impasse. Isso porque, ao permitir as obras fora do teto, as emendas dos parlamentares seriam transferidas para esses gastos. Assim, seria possível recompor a previsão de gastos obrigatórios sem bloquear as indicações feitas por deputados e senadores. Para aprovar uma PEC, são necessários os votos de pelo menos 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa.

Se a PEC avançar, o governo pretende gastar pelo menos R\$ 4 bilhões com o Pronampe (empréstimo para pequenas empresas) e R\$ 8 bilhões para compensar o corte de salário e de jornada de trabalhadores atingidos pela nova versão do programa de manutenção de emprego. O Ministério da Economia considera os programas um “sucesso”, especialmente o que permitiu acordos para redução de jornada de trabalho de mais de 11 milhões de empregados. Além disso, o Ministério da Saúde já mostrou a necessidade de mais verba para combater a pandemia, como recursos para leitos de UTI e testes.

A demora e os ruídos na aprovação do Orçamento fizeram pressão no mercado de câmbio ontem. A moeda americana fechou cotada a R\$ 5,72, uma alta de 0,81%.

“Diante do cenário local, onde as incertezas aumentam a cada dia, o comportamento dos agentes na busca por proteção impactou diretamente no câmbio”, escreveu Ricardo Gomes da Silva, diretor da corretora de câmbio Correpart, em relatório a clientes.

Já na Bolsa, a alta das ações da Petrobras e dos bancos ajudou na valorização do Ibovespa, que subiu 0,97%, aos 118.811 pontos, maior patamar desde fevereiro. *(Colaborou João Sorima Neto)*

O governo em grande confusão

13/04/2021 às 05:29



Míriam Leitão

No governo, a situação é completamente confusa, quando se trata de Orçamento. Para citar três exemplos, a peça que foi aprovada corta todo o dinheiro da área de tecnologia do Banco Central. Se esse gasto não for recomposto, não tem como rodar o Pix. Foi cortado todo o dinheiro do Pronaf, se não corrigir isso, não haverá financiamento da agricultura familiar. O Plano Safra foi reduzido à metade. Em qualquer órgão que se vá, é o que se ouve. Fala-se em *shutdown*. Nesse clima, o Senado instala hoje uma CPI para investigar ações e omissões do governo federal na gestão da pandemia que espalhou a morte pelo país. Os fios desencapados estão todos se juntando.

A CPI será instalada num momento de tensão entre governo e Congresso por causa do Orçamento, e ele só pode ser resolvido com um remédio que aumentará o conflito entre os dois poderes: vetando emendas parlamentares e mandando um projeto de lei. Ontem, o Ministério da Economia ensaiava mandar uma PEC tirando despesas do teto. Mesmo assim será necessário explicar bem essa PEC fura-teto para não parecer mais uma manobra criativa.

No meio disso, o presidente tenta escapar da CPI interferindo no Congresso. Na conversa com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), Bolsonaro juntou mais um crime aos muitos que já cometeu, o de impedir o livre exercício de uma CPI. E foi o que ele fez naquele telefonema estranho em que ameaçou até dar “porrada” no senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Numa manobra de desespero, para melar o jogo, os governistas propuseram uma segunda CPI que mira os governos estaduais, mas não conseguiram evitar a menção ao governo federal. Até o filho do presidente assinou em favor dessa CPI que tem como um dos alvos o governo do pai. O que fará o presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)? Instalará duas CPIs sobre o mesmo assunto ao mesmo tempo, uma com o apoio do governo? E se é governista não cumpre o primeiro requisito da CPI, que é ser um direito da minoria, e não do governo. Não cumpre também o segundo requisito porque o fato determinado está amplo demais, ele quer pegar vários governadores e além disso o Senado não tem a prerrogativa de investigar governos estaduais.

Hoje o senador Pacheco instala a CPI original, que tem ordem judicial para abrir. O movimento feito pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), de requerer a possibilidade de investigar governos estaduais e municipais, foi apenas para casos em que houver conexão. Ele dá o exemplo de Manaus. Se o governo federal jogar a culpa sobre o governador ou o prefeito, é preciso ouvi-los. Na opinião do senador, isso dá mais legitimidade à CPI. O foco, contudo, será inevitavelmente no governo federal.

Enquanto isso, a economia capta os sinais de piora fiscal e isso se reflete nas oscilações do mercado. O Brasil poderia estar numa boa situação porque está havendo alta forte das commodities e isso, segundo análise que se ouve até dentro do próprio governo, só não está valorizando o real por causa do “excesso de ruídos políticos”. Em condições normais, quando as commodities sobem, as moedas dos países exportadores se valorizam. Era para o dólar estar caindo. Está acontecendo o contrário, o real é uma das moedas que mais perde valor.

— Tudo o que passa pela percepção de instabilidade institucional se reflete no câmbio. E um câmbio em desvalorização persistente pode ter reflexo na inflação — explicou uma autoridade do Executivo.

Se não houver acordo no Orçamento, o governo terá que parar, como já aconteceu nos Estados Unidos. Imagine um *shutdown* em plena pandemia. Isso foi resultado de uma série de erros do governo e do Congresso. A articulação política, na época a cargo do general Luiz Eduardo Ramos, foi tão mal feita que as informações sobre as despesas cortadas caíram sem aviso prévio sobre os órgãos do Executivo. Normalmente, quando vai haver cortes

Se não houver acordo no Orçamento, o governo terá que parar, como já aconteceu nos Estados Unidos. Imagine um *shutdown* em plena pandemia. Isso foi resultado de uma série de erros do governo e do Congresso. A articulação política, na época a cargo do general Luiz Eduardo Ramos, foi tão mal feita que as informações sobre as despesas cortadas caíram sem aviso prévio sobre os órgãos do Executivo. Normalmente, quando vai haver cortes no Orçamento, os órgãos ficam sabendo dias antes para argumentar, defender o que é essencial. Esse pegou todo mundo desprevenido.

O governo já não está funcionando, agora tem que consertar um monstrego orçamentário contornando leis fiscais ou irritando o Congresso, onde está começando uma CPI para investigar o crime principal de Bolsonaro, o da gestão desastrosa da pandemia, que mata milhares de brasileiros todo dia.

Primeiro Caderno

Indicado de Bolsonaro é eleito para o conselho da Petrobras

13/04/2021 às 05:29



Sob nova direção. Após conquistar vaga no conselho, Joaquim Silva e Luna deve ser eleito presidente da estatal pelo colegiado

O governo conseguiu emplacar sete dos oito candidatos a uma vaga no Conselho de Administração da Petrobras em assembleia geral extraordinária. Um dos eleitos é o general Joaquim Silva e Luna, que fica mais perto agora de assumir a presidência da companhia. Com a nova composição do colegiado definida, o conselho ainda deve se reunir para avaliar o nome do indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para o comando da estatal.

Em seu blog, o colunista do GLOBO Lauro Jardim antecipou que após ser eleito presidente, a expectativa é que Silva e Luna faça em breve uma alteração administrativa que agrada ao presidente: antecipar a volta ao trabalho presencial. Ele teria feito a indicação em reuniões prévias com diretores e gestores da Petrobras. O home office na Petrobras estava definido até junho, mas era consenso na diretoria que seria estendido até dezembro.

Segundo o colunista, além da insatisfação com os reajustes de combustíveis praticados pela empresa, em linha com a política de repasse das variações na cotação do dólar e do petróleo no mercado internacional, Bolsonaro também tinha queixas em relação ao regime de trabalho remoto adotado pelo presidente da empresa na pandemia.

Além de Silva e Luna foram eleitos por meio do sistema de voto múltiplo: Eduardo Bacellar Leal Ferreira (que assumirá o posto de presidente do conselho), Ruy Flaks Schneider, Márcio Andrade Weber, Murilo Marroquim de Souza, Sonia Julia Sulzbeck Villalobos e Cynthia Santana Silveira.

O nome de Weber chegou a ser declarado inelegível pelo Comitê de Pessoas da Petrobras, responsável por avaliar as inscrições. Ainda assim, ele conquistou uma vaga. A representante do governo na assembleia, a procuradora Maria Teresa Lima, disse não ver problemas na candidatura dele.

A tentativa dos acionistas minoritários de ampliar sua presença no conselho não deu certo e eles continuam a contar com três assentos entre as 11 vagas no colegiado. Das três vagas, apenas um é recém-eleito, Marcelo Gasparino, que já ocupava uma vaga no Conselho Fiscal, os outros dois integrantes já compunham o colegiado.

Para tentar ampliar sua voz na mesa de decisões, os minoritários lançaram quatro candidaturas. O advogado Leonardo Antonelli e o banqueiro Juca Abdalla, maior acionista privado da estatal, desistiram e não participaram do processo da eleição. Outro nome, o de Pedro Rodrigues, foi declarado inelegível pelo Comitê de Pessoas e não foi eleito. Desta forma, apenas Gasparino conquistou uma vaga.

SAÍDA DE CASTELLO BRANCO

Antes de votar a nova composição do colegiado, os acionistas aprovaram a destituição de Roberto Castello Branco do conselho com apoio de 58,28% dos presentes. A União votou pela saída do executivo e foi acompanhada pelo BNDES, sócio relevante da petroleira. Representantes de fundos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Previ se abstiveram. Na prática, 21,88% dos acionistas foram contra a saída do executivo e 19,8% se abstiveram.

A assembleia começou com polêmica. Em sua manifestação, Marcelo Gasparino, eleito para uma vaga no conselho como representante dos minoritários e membro do Conselho Fiscal, destacou a divergência entre o boletim de voto à distância e o resultado no mapa consolidado de votação, com diferentes versões dos boletins em português e inglês.

— A minha questão é em decorrência do mapa consolidado do boletim de voto à distância. Há divergências que foram levantadas entre o voto depositado e o resultado no mapa. Por isso, minha proposta é suspender a assembleia para revisar o cômputo de votos — disse Gasparino.

A Petrobras, através de sua área técnica, disse que não havia divergência e negou o pedido de suspensão. Daniel Ferreira, membro do Conselho Fiscal, mostrou preocupação com as divergências entre os sistemas da B3 e da Petrobras.

— É uma situação complicada de seguir com a assembleia. Nunca tivemos três membros independentes disputando uma vaga — disse Ferreira, mas mesmo assim o pedido foi negado.

Guedes propõe solução ‘fura-teto’ para recompor veto a emendas ao Orçamento

PEC incluiria série de gastos extraordinários para o enfrentamento da pandemia

Por **Fabio Graner e Lu Aiko Otta** — De Brasília

13/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Entrou em discussão no governo a possibilidade de envio ao Congresso de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que abarcaria uma série de gastos extraordinários, como BEm, Pronampe e despesas discricionárias da Saúde, área que deve ser reforçada para o enfrentamento da pandemia.

A ideia teria vindo do próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, e a principal intenção seria garantir a abertura de espaço no teto de gastos para as emendas que eventualmente serão vetadas na proposta de Orçamento aprovada pelo Congresso e que está pendente de sanção presidencial.

Assim, parte desses gastos de parlamentares, que em boa medida são para projetos de obras no ministério do Desenvolvimento Regional, mas também na área da Saúde, seria permitida posteriormente, por crédito suplementar ao Orçamento, após a mudança constitucional ser aprovada no Congresso e o presidente vetar parte da peça orçamentária de 2022.

Já tem fonte do governo chamando a proposta de autoria de Guedes de “fura-teto”. Há também avaliações de que a iniciativa representaria um risco de o Congresso aumentar exponencialmente os volumes de recursos a serem gastos ao longo deste ano nessa PEC. Além disso, do jeito que foi proposto, não resolveria todo o impasse do Orçamento, pois ainda demandaria vetos nas emendas.

Na área política, a leitura é que o melhor mesmo seria o governo resolver o problema com vetos parciais em emendas e nos gastos da máquina pública, com cada grupo dando sua contribuição para equilibrar o Orçamento. Mas até o fechamento dessa edição ainda não havia uma solução para o chamado Orçamento “inexequível”, que criou uma grave crise da área econômica com o Congresso e também dentro do próprio governo, com muitos culpando Guedes e sua equipe pelo problema que enseja risco de impeachment ou inelegibilidade para Bolsonaro.

Em meio ao impasse, várias hipóteses têm sido aventadas para contornar o problema que o chefe do Planalto tem em sua mesa. Uma das ideias levantadas foi a possibilidade de ele simplesmente não sancionar a lei no prazo, que vai até o dia 22. Nesse caso, a sanção não ocorreria por uma manifestação explícita do presidente. Um precedente bastante inusual.

Esta, porém, é uma alternativa praticamente descartada, porque não resolve um ponto central do dilema, comentou uma fonte do governo. Havendo ou não a assinatura do presidente na lei orçamentária, os técnicos da área econômica seguiriam na recusa de executá-lo, por causa do desequilíbrio.

Uma variante dessa ideia foi noticiada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”: a de Bolsonaro ausentar-se do país, assim como o vice-presidente, Hamilton Mourão. Em substituição a ambos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) poderia sancionar a lei orçamentária. Um ministro palaciano disse ao **Valor** que essa alternativa está fora de cogitação. Dois líderes aliados do governo na Câmara informaram nunca ter ouvido falar dessa hipótese. **(Colaboraram Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Empresas vão à bolsa para fazer investimento

Brasil 'terá que mostrar serviço' para receber financiamento contra desmatamento na Amazônia

Empresas de tecnologia são as mais ambiciosas em cortar emissões de carbono

LDO de 2022 deve ter meta de déficit de R\$ 170 bilhões

Intenção é sinalizar a continuidade de uma trajetória de melhora no desempenho fiscal

Por **Fabio Graner** — De Brasília

13/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em meio à crise do Orçamento deste ano, o governo finaliza para enviar ao Congresso até a próxima quinta-feira (15), o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2022, último ano da atual gestão do presidente Jair Bolsonaro e no qual ele deve disputar a reeleição. Segundo uma fonte do governo antecipou ao **Valor PRO** ontem, a meta de déficit primário deve ficar abaixo de R\$ 200 bilhões. Outra fonte indicou um número ao redor de R\$ 170 bilhões de déficit para o governo federal.

A orientação do ministro da Economia, Paulo Guedes, é sinalizar a continuidade de uma trajetória de melhora no desempenho fiscal do país depois do déficit recorde verificado em 2020 devido à pandemia.

Para este ano, a LDO aprovada em dezembro definiu uma meta de R\$ 247,2 bilhões. Vale lembrar que, por causa da pandemia, o texto original do governo não previa uma meta (tinha um alvo flexível, que variava conforme a receita), movimento inédito.

Depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) questionar a sistemática proposta e com a pandemia já menos aguda naquele momento, o governo enviou uma mensagem ao Congresso definindo um alvo fixo para este ano. O número, que acabou sendo aprovado pelos parlamentares no fim do ano, daria espaço para a

atuação do governo neste ano, mas o cenário começou a se complicar com o movimento para inflar emendas no Orçamento e com a piora da pandemia, que está demandando mais gastos do que inicialmente a equipe econômica planejara fazer. Agora, o cenário já enseja o risco até de mudar a meta deste ano também, já que os gastos extraordinários estão fora do teto, mas não do objetivo fiscal primário.

Apesar de enviar uma meta que sinaliza melhora fiscal, o número em si da LDO é considerado sem grande importância na cúpula da Economia. Isso porque, segundo uma alta fonte, o objetivo central hoje é conter o endividamento, em um esforço de realinhamento de balanço que vai além da meta fiscal, incluindo devolução de recursos de bancos públicos ao Tesouro e venda de reservas aproveitando o dólar mais alto, além de outros fatores, como os juros baixos.

Vale lembrar que a LDO traz as premissas para a elaboração do orçamento. Recentemente, o governo teve que pedir uma modificação na lei vigente para este ano para abrir espaço para adotar novas medidas fiscais. É que, por iniciativa da equipe de Guedes, o texto trouxe uma trava exigindo compensação também para gastos extraordinários e temporários, que agora se mostra contraproducente para o governo. Por isso, na semana passada o Palácio do Planalto enviou um projeto (PLN) ao Congresso sugerindo a retirada desse mecanismo proposto pela Economia.

Na LDO o governo também deve apresentar seus parâmetros macroeconômicos para este e o próximo ano, os indicativos de metas fiscais para 2023 e 2024, além de uma série de análises e dados fiscais, como estoque de dívidas em disputa na Justiça, riscos de diversas naturezas e os cenários alternativos.

De acordo com as mais recentes projeções da Economia, o crescimento do PIB neste ano será de 3,2% e em 2022 de 2,5%, números que mostram uma economia ainda em ritmo lento dada a queda de 4,1% ocorrida em 2020. Para o IPCA, a inflação esperada é de 4,4% neste ano e 3,5% em 2022.

Conteúdo Publicitário

Mudança na tributação global ganha urgência na pandemia

Autoridades brasileiras parecem mais preocupadas em taxar livros e reduzir impostos de armas e games

13/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A pandemia acelerou o debate internacional a respeito da revisão dos impostos e pode dar um fim a 30 anos de guerra fiscal global. Os gastos elevados dos governos para enfrentar a pandemia com medidas sanitárias, compra de vacinas e estímulos à economia ampliaram os gastos públicos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula em US\$ 16 trilhões as ações fiscais globais em resposta à pandemia até agora. Em consequência, em toda parte do mundo, não só no Brasil, buscam-se fontes de recursos para cobrir os gastos que parecem não acabar. Esse é um dos temas da reunião do FMI deste mês. Imposto de solidariedade, tributo sobre os serviços digitais, taxar as multinacionais que ganharam dinheiro com a pandemia e a lista dos mais ricos da Forbes são algumas das ideias em circulação.

A derrota de Donald Trump nas últimas eleições americanas abriu caminho para o avanço nas negociações. Durante alguns anos a União Europeia pressionou os Estados Unidos para analisar a taxa dos serviços digitais. Trump sempre se apôs alegando que as gigantes americanas Amazon, Google e Facebook, entre outras, seriam particularmente prejudicadas. No Fórum de Davos virtual deste ano, em janeiro, os europeus voltaram à carga com a proposta que compreende o pagamento de impostos onde os consumidores residem (Pilar I) e a instituição de um imposto mínimo global para combater os paraísos fiscais. Qualquer semelhança com o debate da reforma tributária brasileira não é mera coincidência.

A proposta encontrou terreno fértil na administração de Joe Biden, que avalia que o projeto pode ajudar a financiar seu pacote de US\$ 2,3 trilhões para a infraestrutura e apresentou uma proposta que está sendo chamada de a grande “barganha” na imprensa internacional.

Washington propõe que o imposto único global seja de 21%, praticamente o dobro dos 11% a 12% que o FMI vem sugerindo e acima dos 12,5% que a França já está aplicando. Um imposto mínimo global nesse patamar pode tornar mais aceitável a intenção de Biden de elevar a tributação da pessoa jurídica dentro dos Estados Unidos. Trump cortou esse imposto de 35% para 21% e o novo governo quer elevá-lo para 28%.

Em troca, os Estados Unidos propõem que as 100 maiores empresas do mundo sejam tributadas pelas vendas realizadas em países onde não possuem sede. Muitas delas são americanas, de modo que o fisco americano estaria assim abrindo mão de parte da receita. Por outro lado, esperam que os demais países desistam dos tributos digitais que propuseram nos últimos tempos (**Valor** 9/4).

Vários estudos projetam quanto as bigtechs ganham ao escapar da tributação. A Receita Federal brasileira calcula que pagam 76% a menos do que as demais empresas. Participante do G-20 estima que pagam a metade. O secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, calcula que a “tributação justa” das multinacionais, incluindo as empresas digitais, pode aumentar a receita do imposto de renda corporativo global em até US\$ 100 bilhões por ano, com aumento de cerca de 4% em relação ao valor atual (**Valor** 7/4). Essa estimativa levava em consideração um imposto global mínimo menor do que o proposto por Biden. A OCDE também incluía um grupo de mais de 2 mil multinacionais.

Outras sugestões foram colocadas na mesa. O diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Vitor Gaspar, propôs a criação de um imposto de solidariedade. Seria um imposto temporário sobre os lucros extraordinários de empresas obtidos em 2020 e também seria cobrado de grandes fortunas. Chile e México discutem a tributação dos mais ricos.

Se a perspectiva de uma grande mudança nas regras globais de tributação parece mais viável, deve provavelmente levar mais tempo do que se esperava. A União Europeia contava com implementar as novas regras até julho. No entanto, isso deve levar mais tempo uma vez que precisa passar pelo Congresso de diversos países.

Apesar de ter assinado na semana passada o comunicado do grupo dos emergentes do Banco Mundial e FMI, o G-24, que defende um acordo tributário global que inclua os ganhos digitais, e de estar avidamente buscando receitas tributárias, o Brasil parece estranhamente distante desse debate global. O possível impacto das mudanças em países em desenvolvimento será discutido hoje pelo FMI e Banco Mundial. Alheias às grandes tendências, as autoridades brasileiras parecem mais preocupadas em taxar livros e reduzir impostos de armas e games.

Conteúdo Publicitário

Novo guia auxilia financiadores da pecuária sustentável

Três iniciativas de design que buscam a preservação do meio ambiente

VALOR INVESTE

Goldman Sachs eleva projeções para Telefônica



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Ibovespa abre em queda e testa marca de 118 mil pontos

Cena política brasileira é um dos elementos sob observação pelos agentes financeiros

Piora da pandemia arrasta varejo e serviços em março

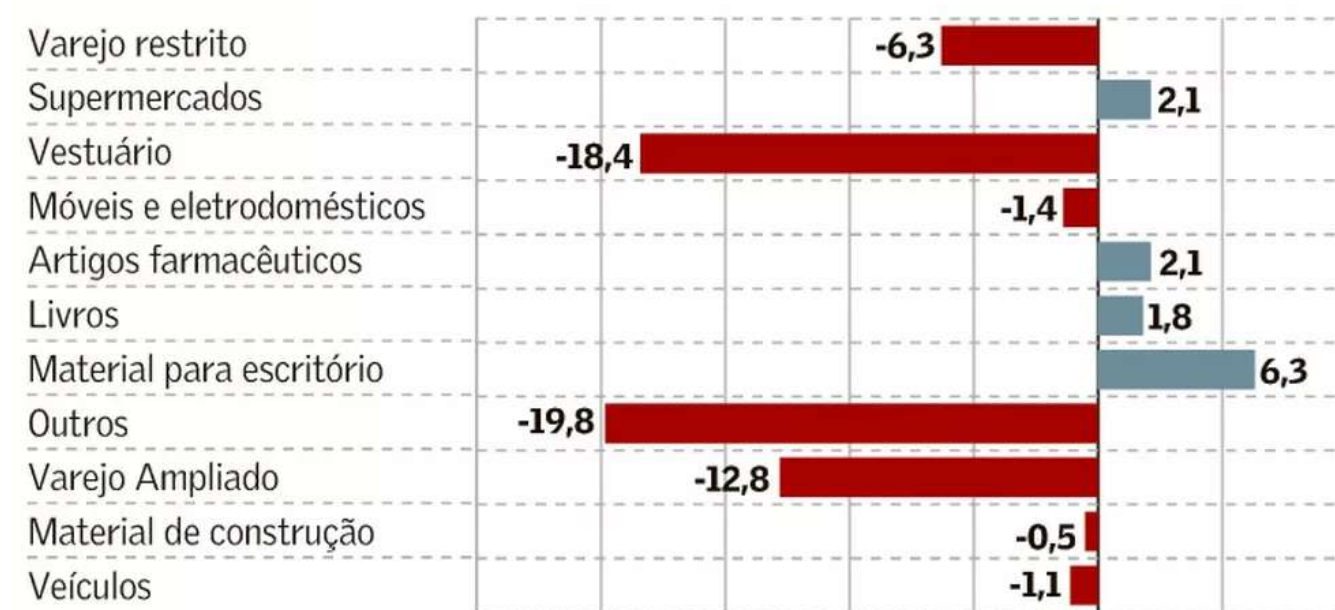
Dados preliminares apontam forte queda dos dois setores

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

13/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Recuo à frente

Varejo deve ter caído em março ante fevereiro - em %



■ Indicador IGet capta vendas em maquininhas da Getnet

■ A partir dos dados levantados, Santander estima resultado do varejo

Fonte: IBGE, Santander, com dados da Fenabreve

A piora da pandemia em março deve ter arrastado o desempenho dos setores varejista e de serviços. Dados preliminares sugerem forte queda dos dois segmentos

no período, o que deve confirmar o quadro geral de deterioração da economia.

O IGet, indicador desenvolvido pelo Santander em parceria com a maquininha de pagamentos GetNet, mostra recuo de 4,6% nas vendas do varejo restrito na comparação entre março e fevereiro, feitos os ajustes sazonais. Já no conceito ampliado, que inclui as vendas de material de construção e de veículos, o recuo no intervalo foi de 3,4%. A pesquisa levanta transações em 150 mil estabelecimentos, seguindo o conceito de “mesmas lojas”.

Usando o indicador como principal insumo para projetar o resultado da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Santander estima que as vendas do varejo restrito podem ter caído 6,2% em março ante fevereiro, e o ampliado, -12,8%, em igual comparação.

O dado corrobora a visão de parte do mercado de retração do Produto Interno Bruto (PIB) nos três primeiros meses do ano, com risco de novo mergulho também no segundo trimestre.

Além do fraco desempenho no mês passado, o sinal por ora é que o movimento segue lento, mesmo com relaxamento parcial das regras de abertura do varejo. “Tivemos um março bem complicado e, em São Paulo, temos ainda a manutenção da bandeira vermelha [fase mais restritiva do plano de funcionamento da economia do governo estadual]. Em abril, os dados que acompanhamos mostram ainda o mesmo comportamento da última semana de março”, afirma Pedro Coutinho, CEO da GetNet.

Hoje, o IBGE divulga os dados oficiais sobre o varejo, mas ainda sobre fevereiro, ou seja, um retrato anterior à alta de casos e mortes por covid-19. A mediana de 25 casas consultadas pelo Valor Data estima que o varejo restrito subiu 0,5% e o ampliado, 1,1%, ambos de janeiro a fevereiro. O tom mais benigno em fevereiro também é esperado pelo Santander, com avanços de 0,8% do restrito e de 1,8% do ampliado.

“Os segmentos do varejo mais sensíveis à renda (e que sejam não essenciais) devem sofrer mais, por causa da queda da massa salarial, mas as restrições de mobilidade

impactam o varejo de maneira geral”, escrevem Lucas Maynard e Fabiana Oliveira, economistas do Santander.

A retração no fim do primeiro trimestre também deve ter se estendido para os serviços. Nas atividades prestadas às famílias, o Santander prevê alta de 4,9% no volume de serviços entre janeiro e fevereiro. Em março ante o mês anterior, no entanto, o subsetor pode mostrar um tombo de 30%.

Para chegar às estimativas, o banco também se baseia num indicador da Getnet, o IGet-serviços, lançado em fevereiro. A pesquisa identificou que as transações com maquininhas em 75 mil estabelecimentos caíram 32,3% em março contra fevereiro, análise que considera só os serviços prestados às famílias.

O choque tende a se dissipar nos próximos meses, segundo o Santander. “Com progresso no avanço da vacinação e conseqüente alta na mobilidade, devemos observar uma recuperação gradual, contribuindo para uma retomada da atividade econômica geral e da recuperação do mercado de trabalho”, afirmam Maynard e Fabiana.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

MP de Ambiente de Negócios aumenta transparência e proteção de acionistas minoritários

VALOR INVESTE

Desigualdade tributária: como até a forma de coletar e usar impostos afeta mais as mulheres

VALOR INVESTE

Projeto suspende reajustes no aluguel durante a pandemia e até três meses depois



COMENTÁRIOS

RJ diz que é inviável honrar dívida bilionária com União

Estado vai ao STF para tentar suspender o pagamento do serviço do débito

Por **Rodrigo Carro e Cristian Klein** — Do Rio

13/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Estado do Rio de Janeiro tenta em duas ações distintas suspender no Supremo Tribunal Federal (STF) o pagamento do serviço de sua dívida com a União. Ontem, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) informou ter ajuizado na madrugada de ontem uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental para que o Rio pare de pagar a dívida até que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheça o fim da pandemia.

Na última sexta-feira, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) requereu, com base numa Ação Civil Originária (ACO) protocolada em dezembro do ano passado, a interrupção dos pagamentos, que somaram R\$ 769,6 milhões entre janeiro e março. Em 24 de dezembro, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar mantendo do Estado do Rio dentro do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), sem no entanto suspender os pagamentos previstos no acordo.

“O quadro agora é outro. União não aceita o pedido de prorrogação do RRF nem publica a regulamentação necessária para o Estado aderir ao novo regime”, justifica o procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro, Bruno Dubeux.

“É inviável para o Estado do Rio de Janeiro arcar num ano de pandemia com R\$ 5,6 bilhões de pagamentos à União”, afirma o secretário estadual de Fazenda do Rio de

Janeiro, Guilherme Mercês, referindo-se ao total de desembolsos previstos para 2021.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Veja aqui o tamanho da fortuna de Paulo Gustavo

MISTERSTOCKS

LINK PATROCINADO

Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador

ACTIVE GPS

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALITO PURO

[Clique Aqui](#)

LINK PATROCINADO

Sandália ortopédica é perfeita para aliviar as dores nos pés

CLICOU E LEVOU

LINK PATROCINADO

Dermatologista: "Suavize muito o pescoço de tartaruga com esses 3 segredos caseiros!"

DIATENA OFICIAL

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

BTG reduz preço-alvo da ação da Rumo para R\$ 27,00

VALOR INVESTE

Ações da Petrobras sobem em dia de eleição de novo conselho da estatal

VALOR INVESTE

Rede pede ao STF que obrigue governo a incluir grávidas na prioridade da vacinação

Turmas do STJ dificultam defesa do contribuinte em execução fiscal

Ministros entendem que não cabem embargos para discutir compensação

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

13/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Advogado Tiago Conde: “A saída para os contribuintes será ajuizar, de forma antecipada, uma ação anulatória” — Foto: Andre Coelho/Valor

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tornou mais complicada a vida do contribuinte que teve pedido de compensação de tributos negado pela Receita Federal. As turmas de direito público - a 1ª e a 2ª - passaram a entender que não cabem embargos à execução fiscal para discutir a questão, impedindo na prática a apresentação de defesa nesses processos.

O tema chamou a atenção depois de uma decisão recente envolvendo a Raízen. O ministro Gurgel de Faria negou um pedido feito pela empresa para levar a questão à 1ª Seção, que reúne as duas turmas, por supostamente haver divergência de entendimentos. Ele indicou que a 1ª Turma mudou seu posicionamento, alinhando-se à 2ª.

A discussão é relevante porque a compensação tributária é amplamente utilizada pelas empresas. No ano passado, um total de R\$ 167,7 bilhões em tributos foram pagos com créditos fiscais, sendo uma das justificativas para a queda na arrecadação, em comparação com a obtida no ano anterior, de acordo com dados da Receita Federal.

Agora, com o entendimento de que os embargos não podem ser usados para discutir compensação que foi negada administrativamente, resta aos contribuintes duas saídas, de acordo com tributaristas. Uma delas é a ação anulatória, que pode ser apresentada logo após a resposta da Receita Federal. A outra é a ação de repetição de indébito, no término da execução fiscal.

A Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830, de 1980) veda a discussão sobre pedidos de compensação por meio de embargos à execução fiscal (artigo 16). A interpretação dos tributaristas, porém, é a de que essa restrição só vale para casos em que o pedido não foi feito administrativamente.

O STJ julgou um repetitivo sobre o assunto em 2009. Nele, fixou que a compensação efetuada pelo contribuinte, antes do ajuizamento da ação, pode ser fundamento de defesa nos embargos à execução fiscal, para esclarecer a presunção de liquidez e certeza da Certidão de Dívida Ativa (CDA) quando à época da compensação foram atendidos os requisitos da existência de crédito tributário compensável, da configuração do indébito tributário e da existência de lei autorizando a compensação (REsp 1008343).

Porém, surgiram dúvidas com o julgado. A 2ª Turma passou a entender que os requisitos só valiam para o pedido de compensação aceito administrativamente. E a 1ª Turma decidia, até pouco tempo atrás, de forma mais ampla, aceitando discutir em embargos aqueles que foram negados.

A mudança de rumo da 1ª Turma fez com que fosse afastada a possibilidade de discutir a questão na seção de direito público. No caso, depois de ter um pedido de compensação negado administrativamente, a Raízen se manifestou em embargos à execução fiscal. Quando eles foram negados pela segunda instância, recorreu ao STJ.

No tribunal superior, depois de ter o pedido novamente negado pela 2ª Turma, tentou levar a questão adiante. Porém, Gurgel de Faria alegou no pedido que a 1ª Turma também está decidindo contra os contribuintes (REsp 1795347).

Inicialmente, o ministro reconheceu a divergência, em decisão no dia 26 de agosto de 2020. Mas depois mudou o entendimento. O motivo foi um julgamento, em setembro, em que a 1ª Turma alterou seu posicionamento (REsp 1054229).

Na decisão, Gurgel de Faria afirma que a 1ª Turma realinhou seu entendimento e, na forma da compreensão da 2ª Turma, tem decidido que não pode ser deduzida em embargos à execução fiscal a compensação indeferida na esfera administrativa.

Donovan Mazza Lessa, advogado do Maneira Advogados, que representa a Raízen na ação, pretende recorrer. “O repetitivo de 2009 passou a ser mal interpretado pelo STJ. O precedente autorizava a discussão de compensação em embargos, mas a redação do acórdão levou a outro entendimento”, diz.

Segundo o advogado, se prevalecer o voto do relator, quando o contribuinte tiver compensação indeferida na esfera administrativa, não poderá esperar se defender em embargos à execução. Seria necessário entrar com uma nova ação e a garantia apresentada na execução seria liquidada.

“A saída para os contribuintes será ajuizar, de forma antecipada, uma ação anulatória para colocar toda a matéria para discussão pelo Judiciário”, afirma Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados. Esse

entendimento, acrescenta, deve aumentar a litigiosidade e o congestionamento na Justiça.

Procurador da Fazenda Nacional, Marcelo Kosminsky afirma que o artigo 16 da Lei de Execuções Fiscais veda pedidos de compensação em embargos à execução. Mas, diz, o STJ permite, excepcionalmente, a discussão quando esse encontro de contas já foi homologado administrativamente ou de forma judicial antes da execução fiscal.

A decisão que indica a mudança de posicionamento da 1ª Turma afirma que o tema não poderá mais ser discutido no STJ, segundo o procurador. Nos casos em que o contribuinte indica um crédito para compensação e ele não é homologado, afirma, o débito confessado pode ser cobrado imediatamente.

Conteúdo Publicitário

As expectativas para a COP26

VALOR INVESTE

Bolsas asiáticas fecham sem direção única com aumento de casos da covid-19 no radar

VALOR INVESTE

Inflação medida pelo IGP-DI fica abaixo do esperado em março, aponta FGV

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Ibovespa abre em queda e testa marca de 118 mil pontos

Cena política brasileira é um dos elementos sob observação pelos agentes financeiros

União freia avanço dos minoritários no conselho da Petrobras

Governo conseguiu emplacar sete das oito cadeiras no colegiado em jogo na AGE

Por **André Ramalho e Gabriela Ruddy** — Do Rio

13/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Silva e Luna foi eleito para o conselho da petroleira e cumpre uma das etapas para assumir a presidência da companhia — Foto: Ruy Baron/Valor

A União conseguiu conter o avanço pretendido pelos acionistas minoritários no conselho de administração (CA) da Petrobras, ao emplacar sete das oito cadeiras em jogo no colegiado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de ontem, que durou cinco horas. Com o resultado, governo e investidores mantêm a mesma relação de representatividade que possuíam até então: de sete para três assentos, respectivamente. A disputa, porém, pode ter novos desdobramentos.

Em meio a contestações dos minoritários sobre o processo eleitoral, Marcelo Gasparino, único nome eleito pelos investidores, promete renunciar. O objetivo é provocar, assim, um novo pleito. A renovação do colegiado ocorre em meio à turbulenta troca no comando da empresa, por intervenção do presidente Jair Bolsonaro. Pelas regras, a saída de qualquer membro eleito por voto múltiplo, como ocorreu ontem, implica na destituição de todos os demais conselheiros eleitos pelo mesmo mecanismo. Investidores devem tentar, assim, novamente, aumentar a presença no colegiado.

Além da escolha dos conselheiros da estatal, a AGE também oficializou a destituição de Roberto Castello Branco do colegiado. Com isso, o executivo se despede da presidência da petroleira, cargo que ocupava desde janeiro de 2019. Eleito para o conselho de administração, o general da reserva Joaquim Silva e Luna, cumpre um dos pré-requisitos para que seja efetivado como novo presidente da Petrobras. Resta o aval do conselho, que deve ser mera formalidade.

Com o resultado da AGE, a União mantém sete dos onze assentos no conselho. Além de Silva e Luna, também foram eleitos: Eduardo Bacellar (reconduzido à presidência do CA), Ruy Schneider, Marcio Weber, Murilo Marroquim, Cynthia Silveira e Sonia Villalobos. Ana Silvia Matte foi a única candidata indicada pelo governo a não ser eleita, perdendo a vaga para Marcelo Gasparino, dos minoritários.

A eleição ocorreu em meio a reclamações de minoritários. O FIA Dinâmica, que indicou o banqueiro Juca Abdalla, além de Leonardo Antonelli e Marcelo Gasparino, contestou a não exclusão dos candidatos Márcio Weber, indicado pela União; e Pedro de Medeiros, que contava com o apoio das gestoras Absolute, AZ Quest, Kapitalo, Moat Capital, Navi Capital, Oceana e Solana. Ambos tiveram parecer contrário do Comitê de Pessoas (Cope) da estatal. A expectativa dos minoritários era

de que, caso Weber tivesse sido impedido, os investidores teriam chances de eleger mais um nome, ampliando a atual representatividade.

Os minoritários possuíam três representantes no CA: Rodrigo de Mesquita e Marcelo Mesquita, cujos mandatos não estavam em jogo na eleição de ontem; e Leonardo Antonelli, que buscava a recondução, mas retirou a candidatura na AGE junto com Abdalla. Agora, Gasparino se junta a Rodrigo e Marcelo, mantendo três cadeiras com os minoritários. Além dos sete nomes emplacados pela União, o conselho é formado, ainda, por Rosângela Buzanelli, eleita pelos empregados.

Às vésperas da AGE, o Comitê de Pessoas (Cope) da Petrobras, órgão de assessoramento vinculado ao CA, recomendou a inelegibilidade de Weber e Medeiros. O advogado Francisco Costa e Silva, que presidiu a AGE, porém, não viu, no parecer, um impeditivo para que os dois candidatos participassem da eleição, sob a alegação de que o comitê não tem poder decisório.

A recomendação de inelegibilidade de Medeiros está baseada na vedação prevista no estatuto da Petrobras, à indicação, para o cargo de administração, de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza com a estatal e controladas, nos três anos anteriores à nomeação. A ata do Cope cita que Medeiros foi, até dezembro, diretor do Citi, responsável pela abertura do capital e oferta subsequente de ações da BR Distribuidora; e que Weber foi, até agosto de 2020, presidente da Petroserv, fornecedora de sondas da estatal.

Para Costa e Silva, com base no parecer jurídico da Petrobras, as recomendações do Cope não estariam “lastreadas na melhor interpretação das normas aplicadas à matéria”. Ele reforçou, ainda, que o Cope é apenas um órgão de assessoramento e que os acionistas são soberanos na decisão sobre a elegibilidade dos candidatos.

Segundo uma fonte ligada aos minoritários, há chances de judicialização porque os acionistas foram induzidos a erro na medida em que Weber se declarou conselheiro independente, posição desmentida pela análise do Cope.

Os minoritários também contestam os resultados do boletim de votos a distância. Na AGE, Gasparino chegou a solicitar a suspensão da eleição, ao apontar diferenças de redação nos boletins de voto à distância publicados em inglês e em português que teriam induzido investidores a erro. “São boletins diferentes e o resultado das respostas também chega a uma interpretação diferente”, afirmou.

A mesa diretora da AGE rejeitou o pedido. A Petrobras alegou que as cédulas de votação à distância estavam “perfeitas” e esclareceu que auditou os votos recebidos, sem enxergar motivos para invalidar assembleia. Costa e Silva alegou que as versões de boletim de voto a distância da estatal “não são conflitantes, mas diferentes” do sistema de cômputo de votos da B3 e que o modelo adotado pela Petrobras não é uma novidade - embora tenha reconhecido que o sistema da B3 não é, de fato, “amigável” e tenha limitações já apontadas em 2020 pela estatal à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Segundo a Associação de Investidores no Mercado de Capital (Amec), a entidade recebeu, às vésperas da AGE, provocações de acionistas, sobretudo estrangeiros, relatando dificuldades no processo de votação remota, com suposto desencontro de informações no boletim de voto à distância. Já o Grupo de Governança Corporativa (GGC) informou que o sistema de votação a distância “não contém instruções suficientes para que o acionista saiba que quando aprova o processo de voto múltiplo ele deve registrar abstenção e rejeitar outras questões”.

Fontes ligadas aos minoritários revelaram estranheza com os resultados parciais da eleição pelo voto a distância. Num pleito desse tipo, é comum que investidores se concentrem em poucos nomes, para contrabalançar o peso do controlador. O que se viu, porém, foram minoritários distribuindo seus votos inclusive entre os nomes indicados pela União, numa diluição dos votos. A percepção de investidores é de que as divergências nos boletins induziram a erros no preenchimento dos votos.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Recuperação judicial da Samarco terá efeito pouco relevante na Vale, diz Credit Suisse

2021, o ano da sorte nas loterias estaduais

Os avanços no mercado de apostas e loterias têm sido rápidos por parte dos Estados, carentes de recursos

Por Jun Makuta, Claudio Timm e Stefania Toschi

13/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ano de 2021 traz uma esperança de novas receitas para os combalidos cofres estaduais, em meio à grave e duradoura pandemia da covid-19. Em 3 de fevereiro, transitou em julgado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que possibilitou a exploração do serviço público de loterias estaduais, seja diretamente pelos governos locais, seja por empresas privadas mediante licitação. Diante dessa abertura, vários Estados já começaram a estruturar suas loterias ou a expandi-las, no caso de alguns poucos que as mantiveram em funcionamento desde o restritivo Decreto-Lei nº 204, de 1976.

No fim de 2020, o STF julgou procedentes as arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs) nº 492 e nº 493, que questionavam a operação ampla de loterias estaduais, e julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 4.986, que discutia se as normas do Estado de Mato Grosso que regulamentam a exploração de modalidades lotéricas invadiam a competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.

Os avanços no mercado de apostas e loterias têm sido rápidos por parte dos Estados, carentes de recursos

Entendeu o STF que, embora a competência legislativa sobre loterias seja exclusiva da União, os Estados têm competência administrativa para operar loterias, desde

que em observância à legislação federal, pois a Constituição Federal não prevê nenhum monopólio da União nesse segmento.

Como a competência legislativa da matéria permanece da União, os Estados somente poderão operar as modalidades de loterias previstas na legislação federal, especialmente na Lei nº 13.756, de 2018. Além disso, cabe ao Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), fiscalizar o cumprimento da legislação federal pelos Estados.

Desde o fim de 2020, vários Estados têm se movimentado para a criação de suas loterias próprias e, aquelas já operacionais, poderão explorar as novas modalidades criadas por lei federal, gerando novas oportunidades de atuação no mercado.

Dentre as expectativas do setor, destaca-se a regulamentação das apostas esportivas (apostas de quota fixa), programada ainda para o primeiro semestre de 2021. Essa modalidade representa entre 30% e 40% de todo o mercado mundial de jogos. A possibilidade de exploração das apostas esportivas foi aprovada pela Lei nº 13.756, de 2018 e, após sua regulamentação, deverá ser explorada em ambiente concorrencial mediante autorização ou concessão, podendo seu faturamento variar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 10 bilhões em nível federal, de acordo com projeção do governo.

Diante da liberação das loterias estaduais, será necessário entender como a União e os Estados atuarão em harmonia. A União deverá uniformizar as regras federais para a realização de apostas e exploração das loterias estaduais. A Secap já demonstrou preocupação na manutenção da concorrência leal entre a União e os Estados, principalmente no que tange às apostas virtuais.

O Estado do Rio de Janeiro realizou, a partir de 22 de janeiro, uma consulta pública para discutir a contratação de prestador de serviço responsável pela exploração das modalidades lotéricas de prognósticos numéricos e de loteria instantânea, pelo prazo curto de cinco anos, sem concessão pública, o que deverá afastar operadores tradicionais.

Na licitação pretendida pela Loterj, o operador será responsável pela montagem de toda a rede de distribuição dos bilhetes e pelo desenvolvimento da plataforma

tecnológica, sendo esta uma alternativa eficaz e com melhor custo-benefício. Há de se pensar, porém, nos limites de operação de cada operador estadual e quais os mecanismos e critérios podem ser adotados para evitar apostadores de outros Estados.

Nesse sentido, as loterias dos Estados americanos de Michigan e Pennsylvania, que são vistas como referência em apostas on-line, adotam regras distintas para limitação de apostas: enquanto a loteria de Michigan requer que todos os apostadores sejam residentes do Estado, a de Pennsylvania permite que apostadores de todo o país façam apostas, contanto que estejam fisicamente no Estado, o que é verificado por meio de geolocalização.

A tecnologia de geolocalização usa uma combinação de métodos que não apenas garantem que os clientes estejam dentro dos limites do Estado, mas também que os clientes não estejam usando tecnologia de spoofing (como VPNs) para mascarar suas localizações reais.

O Estado do Maranhão editou, no fim de 2020, legislação permitindo a exploração de loterias pela Maranhão Parcerias (Mapa), sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado de Governo. A partir de janeiro, a Mapa lançou edital de chamamento público, na forma de Procedimento de Manifestação de Interesse Privado (PMIP), para coletar estudos e projetos para a implementação do serviço de loteria estadual.

O mesmo caminho foi trilhado pela Loteria do Estado de Minas Gerais, que lançou o Procedimento de Manifestação de Interesse LEMG nº 01/2021, cujo prazo para os interessados apresentarem o requerimento de autorização para apresentação de estudos venceu no dia 9.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em uma tentativa de antecipar as discussões acerca do reinício das operações de sua loteria estadual, havia aprovado o Projeto de Lei nº 40/2021, que trazia em um dos artigos vetados pelo governador uma previsão acerca da destinação dos recursos advindos da Lotesp.

Outras questões práticas ainda requerem discussão e cooperação entre a União e os Estados, mas os avanços no mercado de apostas e loterias têm sido rápidos por parte dos Estados, carentes de recursos. Mediante a recriação das loterias estaduais e a regularização de assuntos pendentes, será possível demonstrar a segurança jurídica esperada para que players privados do setor façam significativos investimentos no país.

Jun Makuta, Claudio Timm e Stefania Gomes Toschi são, respectivamente, sócios e advogada de de TozziniFreire Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Veja aqui o tamanho da fortuna de Paulo Gustavo

MISTERSTOCKS

LINK PATROCINADO

Paulo Gustavo ganhou uma fortuna como ator. Você sabe quanto ele tem hoje?

MISTER STOCKS

LINK PATROCINADO

Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador

ACTIVE GPS

LINK PATROCINADO

Conheça a HyperLupa, é quase um microscópio

HYPER LUPA

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALITO PURO